



vida pastoral

julho-agosto de 2022 – ano 63 – número 346

200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL



UMA REFLEXÃO
À LUZ DA FÉ



PADRES E IRMÃOS PAULINOS

Consagrados para evangelizar na cultura da comunicação:
“Para que a Palavra do Senhor se espalhe rapidamente” (2Ts 3,1).



Conheça e faça parte da missão!

Nascemos para evangelizar na cultura da comunicação! Nossa missão não consiste apenas em utilizar linguagens e tecnologias novas, mas também em ser protagonistas no pensar a comunicação, contribuindo para que ela se torne sempre mais humana, à luz da Boa-Nova de Cristo Mestre.

Serviço de Animação Vocacional

Padres e Irmãos Paulinos

E-mail: centrovocacional@paulinos.org.br

 **(11) 99270-1678** Mande-nos um **WhatsApp!**

  [padrespaulinos](#)  [paulinosbrasil](#)  [PaulinosBrasil](#)



**PADRES E IRMÃOS
PAULINOS**

www.paulinos.org.br

Prezadas irmãs, prezados irmãos, graça e paz!

Um famoso verso de nossa música popular brasileira diz assim: “O Brasil não conhece o Brasil. O Brasil nunca foi ao Brasil”. As letras “z” e “s” não estão dispostas aí de forma gratuita. O Brasil escrito com “z” poderia representar um país que não conhece a si mesmo, é colonizado, dependente, deslumbrado. É constituído por grupos poderosos, que sugam o suor e o sangue de tantos, do Brasil escrito com “s”. Um exemplo disso são os recorrentes e trágicos rompimentos de barragens de mineração no estado de Minas Gerais, particularmente o da barragem B1 da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, no dia 25 de janeiro de 2019, provocado pela incúria da poderosa Vale.

O Brasil com “s”, ao contrário, é o país dos que insistem em fazer deste o melhor lugar do mundo, apesar de todas as dificuldades impostas pelos representantes daquele “Brasil”.

Considerando os desmandos recentes e de outrora que têm marcado nosso país, a comemoração dos 200 anos da independência é momento oportuno para revisarmos a história. O que significaria aquele grito em 7 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga? A pintura de Pedro Américo, que mostra o príncipe regente montado em um cavalo, de espada em riste, apresenta uma versão de Dom Pedro envolta em heroísmo e triunfalismo. Contudo, a representação não espelha muito bem a realidade. Não houve cavalo como o de Bonaparte. Na verdade, não haveria problema nenhum em representar nosso príncipe montado em uma mula, animal esperto, que tanto peso carregou pelo bem da “pátria amada”.

Obviamente, a proclamação da independência é resultado de um processo complexo que constituiu a relação entre Portugal e Brasil. E não se deu da noite para o dia. A separação entre ambos, de alguma forma, começaria desde 1808, quando da vinda da família real para cá. Dom João VI mudou o *status* do Brasil. O grito de seu filho, D. Pedro, em 1822, decorre de um emaranhado de fatores, mas sobretudo da pressão das elites brasileiras. Em todos os tempos, as elites se unem para manter seus privilégios. Não foi diferente naquele momento. Há quem diga que nossa independência foi uma revolução conservadora – o Brasil mudou para

continuar igual. Naquele momento, continuamos sob a monarquia e com um contingente grande de negros escravizados. A mão de obra escrava era a base da economia, e a elite não abriu mão disso. Nosso país foi o último do continente americano a abolir o trabalho escravo. Isso só vai ocorrer mais tarde, em 13 de maio de 1888, sem um projeto de inserção social das massas escravizadas.

Esta edição de *Vida Pastoral* quer ser um olhar para nossa história à luz da fé. O prof. André Miatello discute a contribuição da Igreja católica para a independência do Brasil e para o fortalecimento do Estado imperial e das instituições públicas, bem como o papel da Igreja na oposição política ao regalismo do imperador e ao próprio regime monárquico. O prof. Maurício Abdalla, por sua vez, lança um olhar crítico sobre nossa independência, utilizando-se da categoria conceitual de “independência” e dos conceitos a ela relacionados e contrastando-os com a realidade histórica do país. Aponta, em conclusão, que a independência brasileira é meta ainda a ser conquistada, para a qual a Igreja tem muito a contribuir. Com o título “O índio e a independência do Brasil: uma questão ambígua”, o prof. Orlando Garcia põe em cena a participação dos índios nas comemorações desse evento histórico, considerando a política indigenista implementada pelo Estado português e pelo Império brasileiro. O prof. Eduardo Brasileiro faz uma síntese, à luz da conjuntura política, econômica e cultural atual, dos reflexos destes 200 anos na sociedade brasileira e analisa como os desafios deverão ser interpretados do ponto de vista pastoral e eclesial. Nesse sentido, o autor discute saídas a partir da 6ª Semana Social Brasileira. Por fim, Ir. Izabel Patuzzo nos oferece suas reflexões bíblico-pastorais nos roteiros homiléticos, para iluminar nossa experiência com a Palavra de Deus – afinal, vivemos neste mundo, pátria passageira, com suas tensões sociais e políticas, preparando-nos para a Jerusalém celeste, nossa pátria definitiva.

O Espírito Santo, que delicadamente conduz a história, nos impulsiona, como comunidade eclesial, a trabalhar por um Brasil justo e solidário.

Boa leitura!

Pe. Antonio Iraildo Alves de Brito, ssp
Editor

vida pastoral

Revista bimestral para sacerdotes
e agentes de pastoral

Ano 63 - Nº 346
Julho-Agosto de 2022



PAULUS

© PAULUS – 2022
Pia Sociedade de São Paulo
Rua Francisco Cruz, 199
04117-091 – São Paulo - SP
paulus.com.br
ISSN – 0507-7184

Jornalista responsável

Pe. Valdir José de Castro, ssp

Direção editorial

Pe. Sívio Ribas, ssp

Editor

Pe. Antonio Iraildo Alves de Brito, ssp

Redação

vidapastoral@paulus.com.br

Conselho editorial

Pe. Antonio Iraildo Alves de Brito, ssp
Pe. Darci Luiz Marin, ssp
Pe. Paulo Sérgio Bazaglia, ssp
Pe. Sívio Ribas, ssp

Imagens

Romolo Picoli Ronchetti (artigos)
e iStock
(Roteiros Homiléticos)

Imagem da capa

Romolo Picoli Ronchetti

Diagramação

Philipe Silva Ribeiro dos Santos

Revisão

Alexandre Soares Santana
Tiago José Risi Leme

Impressão - PAULUS

Versão digital



vidapastoral.com.br

Periódico de divulgação científica.

Área:

Humanidades e artes.
Curso: Teologia.

Sumário

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
E A IGREJA CATÓLICA 4

André Luis Pereira Miatello

UM OLHAR CRÍTICO SOBRE
A (IN)DEPENDÊNCIA DO BRASIL 12

Maurício Abdalla

O ÍNDIO E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL:
UMA QUESTÃO AMBÍGUA..... 22

Orlando Garcia

OS 200 ANOS DA (IN)DEPENDÊNCIA E OS DESAFIOS
SOCIOPASTORAIS À LUZ DAS PROPOSTAS DA
6ª SEMANA SOCIAL BRASILEIRA..... 28

Eduardo Brasileiro

ROTEIROS HOMILÉTICOS 40

Izabel Patuzzo

Assinaturas

- Distribuição gratuita nas Livrarias PAULUS (1 exemplar por pessoa);
- Envio gratuito para as paróquias que fizerem o cadastro, a ser renovado anualmente (1 exemplar de cada edição por paróquia);
- Para receber em casa, basta fazer uma contribuição de 20 reais.
- O acesso ao *site* continua inteiramente gratuito: www.vidapastoral.com.br

Para contato:

paulus.com.br/loja

☎ (11) 3789-4000 | 0800 016 40 11

☎ (11) 99974-1840

✉ assinaturas@paulus.com.br

📱 @editorapaulus



Aponte a
câmera do
seu celular e
saiba mais!

APARECIDA – SP

Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44,45,78,79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE

Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA

Rua 28 de setembro, 61 – Campina
(91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG

Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF

SCS – Q.1 – Bloco
Edifício Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasil@paulus.com.br

CAMPINAS – SP

Rua Barão de Jaguará, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPINA GRANDE – PB

Rua Afonso Campos, 233 – Centro
(83) 3182-0659 99956-0020
campinagrande@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS

Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS

Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

COTIA – RAPOSO TAVARES

Av. das Acácias, 58 – Jd. da Glória
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

CUIABÁ – MT

Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR

Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC

Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE

Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO

Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

GUARAPUAVA – PR

Rua XV de Novembro, 7466 - Lj 01
(42) 9926-0224
guarapuava@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB

Rua Peregrino de
Carvalho, 134 – Centro
(83) 3221-5108
joaopessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG

Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MACEIÓ – AL

Rua Barão de Alagoas, 32, Centro
(82) 3142-0544
maceio@paulus.com.br

MANAUS – AM

Rua Itamaracá, 21, Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN

Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS

Rua Dr. José Montauray, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE

Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP

Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ

Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA

Rua Direita da Piedade, 75 - Barris
(71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP

Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA

Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluis@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ

Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA

Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metró Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

SOROCABA – SP

Rua Cesário Mota, 72 – Centro
(15) 3442-4300 3442-3008
sorocaba@paulus.com.br

TERESINA – PI

Rua Rui Barbosa, 45 – Centro
teresina@paulus.com.br

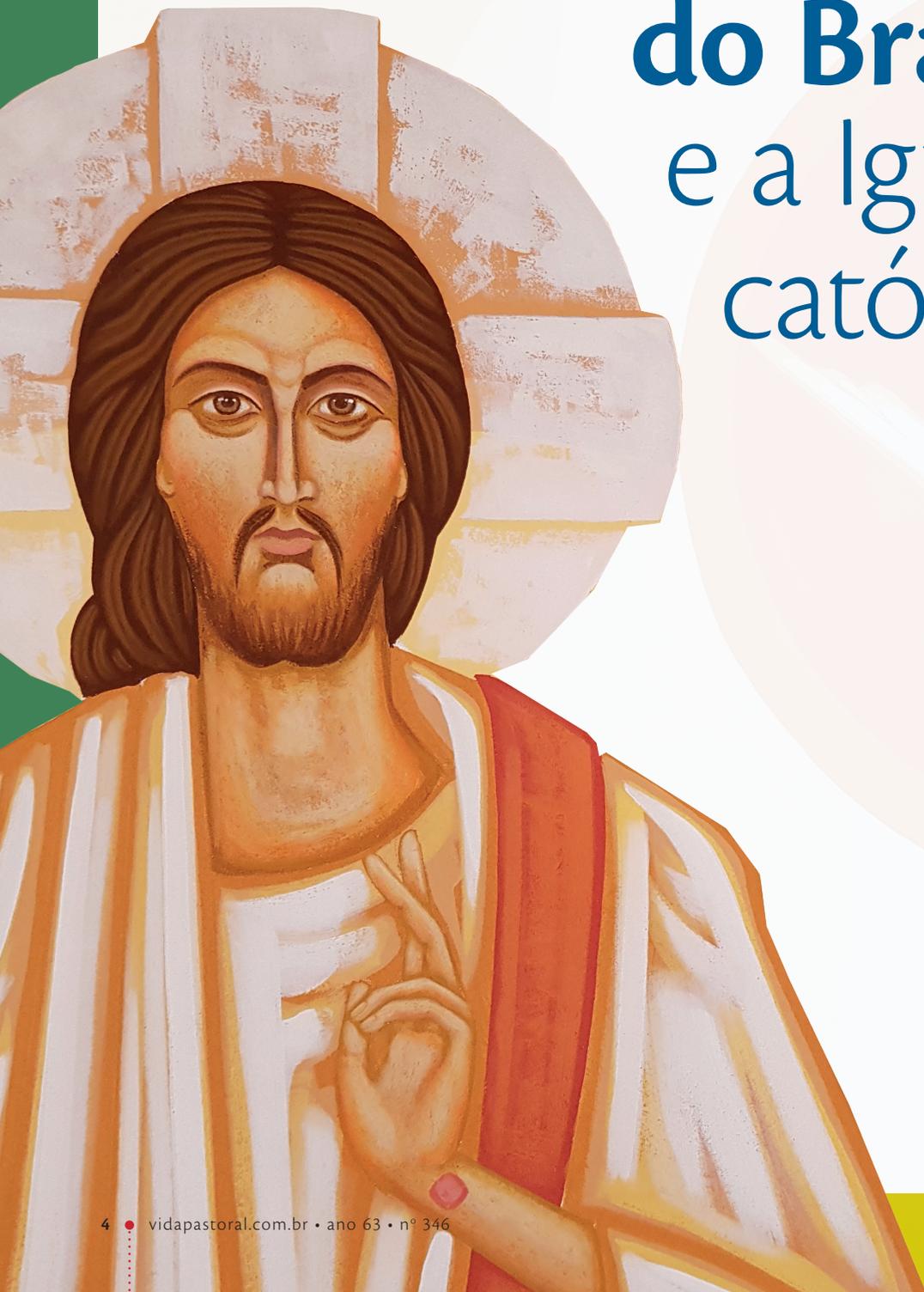
VITÓRIA – ES

Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br

André Luis Pereira Miatello*

*André Luis Pereira Miatello é historiador e professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor em História Social (USP) e pós-doutor em Teologia (PUCPR), dedica-se à pesquisa sobre a história do cristianismo, particularmente na interface entre religião e política. *E-mail:* andremiatello@gmail.com

A independência do Brasil e a Igreja católica





Neste artigo, discute-se a contribuição da Igreja católica para a independência do Brasil, em 1822, para o fortalecimento do Estado imperial e das instituições públicas. Discute-se também seu papel na oposição política ao regalismo do imperador e ao próprio regime monárquico.

INTRODUÇÃO

A comemoração dos 200 anos da independência do Brasil nos dá a oportunidade de refletirmos sobre a participação da Igreja católica na história do país e, particularmente, no processo de sua emancipação política. Uma de suas principais contribuições situa-se, justamente, na promoção da ordem constitucional e no fomento do debate político, o que contraria a visão reducionista de uma Igreja preocupada apenas com uma agenda moralista e conservadora.

1. UMA IGREJA SUBMETIDA AO ESTADO?

“Em nome da Santíssima Trindade”: assim começa a *Constituição Política do Império do Brasil*,¹ promulgada em 25 de março de 1824, festa da Anunciação do Senhor, a qual estabelece os fundamentos do Estado brasileiro independente. Essa mesma Constituição, assinada e jurada por Dom Pedro, determina, em seu artigo 5º: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo”. O artigo 102, que trata do poder

executivo, confere ao imperador o poder de “nomear Bispos e prover os Benefícios Eclesiásticos” (BRASIL, 1886, p. 8; 21).

Como se nota, a ruptura política com Portugal conservou, no Brasil, a prática do regalismo, isto é, da doutrina política, de origem iluminista, que sustentava a supremacia dos governantes em relação a qualquer autoridade religiosa e defendia o direito régio de intervenção nos assuntos eclesiásticos (OLIVEIRA, 2017, p. 81). Acolhido pela Constituição de 1824, o regalismo somou-se a outra prática, de origem medieval, que conhecemos pelo nome de padroado, pelo qual a Santa Sé concedia aos reis ibéricos responsabilidades de administração eclesiástica em vista do patrocínio régio para as missões de evangelização e para a expansão da Igreja católica nos territórios conquistados (HOLANDA, 1995, p. 118). Desse modo, o Brasil se afirmava como terra católica, muito embora a Igreja católica no país estivesse sob a jurisdição civil do imperador constitucional, não do papa.

Se a Constituição de 1824, por um lado, confere tamanho poder ao imperador no âmbito eclesiástico, por outro, autoriza a participação da Igreja nas mais diversas esferas da vida pública; mais do que isso, o texto constitucional reconhece, direta e indiretamente, que a Igreja católica, com suas estruturas, seu clero e seus espaços religiosos, foi indispensável para que o Brasil conseguisse sustentar sua independência, organizar seu

¹ “Brasil”, no original. Neste e em outros casos, nesta edição, a grafia das referências e citações foi atualizada segundo o Acordo Ortográfico em vigor. Foram mantidas, porém, as padronizações de maiúsculas e minúsculas conforme o original.

Estado, assegurar a unidade territorial, promover a paz civil e social, favorecer a pluralidade política e garantir sua governança. O regalismo era uma política de Estado, não uma camisa de força que subjugava a Igreja. Uma prova disso podemos ver, por exemplo, na diversidade ideológica que caracterizava o clero brasileiro, composto tanto de padres e bispos monarquistas quanto de liberais e, até mesmo, de vários ardorosos republicanos.

Para além da pluralidade de orientações políticas, o clero brasileiro exibia diferentes formas de pensar o papel da religião e da Igreja dentro do Estado brasileiro: se, por exemplo, o padre Diogo Antônio Feijó (1784-1843) representava a ala do clero liberal, totalmente envolvido com a política partidária, o padre Antônio José Ferreira Viçoso (1787-1875), futuro bispo de Mariana, representava a ala do clero que defendia a ordem constitucional, porém não queria que a Igreja fizesse política com base em alianças partidárias e oligárquicas. O padroado civil, portanto, nem tirava a autonomia do clero diocesano e religioso para pensar a realidade política e a situação da Igreja, nem impedia que o clero fizesse declarada oposição ao imperador e aos governantes locais. Investigar essa história pode nos levar a descobrir uma vida eclesial muito mais profética do que se imagina.

“PARA ALÉM DA PLURALIDADE DE ORIENTAÇÕES POLÍTICAS, O CLERO BRASILEIRO EXIBIA DIFERENTES FORMAS DE PENSAR O PAPEL DA RELIGIÃO E DA IGREJA DENTRO DO ESTADO BRASILEIRO.”

2. A IGREJA E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Como demonstram as mais recentes pesquisas do Prof. Ítalo Santirocchi (2021), a Igreja católica, por intermédio do seu episcopado e do clero em geral, contribuiu ativa e significativamente para a independência do Brasil de Portugal, em 1822. Ademais, os ministros da Igreja, bispos e presbíteros, trabalharam intensamente para a “formação do Estado Imperial brasileiro” e, em graus variados, compartilharam muitos dos ideais liberais que marcaram nossa independência, em oposição aos ideais políticos do Antigo Regime. Isso porque, nas palavras de Thales de Azevedo (1978, p. 122-123), “o novo regime, a nova ordem, a nova estrutura governativa e política instauraram-se sob a inspiração de um confuso amálgama de doutrinas e teorias de que partilhavam não poucos clérigos”. Muitos deles não só partilharam teorias políticas comuns, mas também foram artífices de movimentos de ação política.

Quando as Cortes de Lisboa se reuniram, em 1820, para exigir que Dom João VI retornasse a Portugal, entre os 89 deputados que o Brasil havia enviado como representantes



do reino, 26 eram membros do clero, tendo sido eleitos pelas populações de suas províncias e de acordo com os procedimentos adotados pelas Cortes. O clero também atuou ativamente na assembleia constituinte que redigiu a Constituição de 1824: entre os 100 deputados, 22 eram padres. Esses dois exemplos de envolvimento da Igreja com o processo de independência revelam quanto o clero foi responsável – ao lado de outros intelectuais e lideranças sociais – por defender e divulgar os princípios liberais que marcaram não só os movimentos políticos de emancipação, em Portugal e no Brasil, mas também a primeira carta constitucional do Brasil independente. Sem renunciar à responsabilidade religiosa, os ministros da Igreja demonstraram compromisso com o regime legal e constitucional, e o fizeram pelas vias políticas ordinárias, tais como a adesão a partidos políticos e o exercício de mandatos eletivos de representação política.

A presença do clero nos movimentos emancipatórios e antimetropolitanos já era antiga no Brasil. Entre os conjurados da Inconfidência Mineira de 1789 ou da Revolução Pernambucana de 1817 (SANTIROCCHI, 2021, p. 1003), contavam-se muitos padres e numerosos leigos, engajados nas confrarias. A adesão desses clérigos aos movimentos políticos – alguns dos quais de caráter revolucionário – atendia a seus princípios políticos, que, em muitos casos, contrariavam as tendências hegemônicas, seja na esfera do Estado, seja dentro da própria Igreja. Em outras palavras, os clérigos distribuídos pelo território brasileiro representavam mais as convicções e interesses de suas regiões e do povo para o qual trabalhavam do que os posicionamentos oficiais tomados no interior da Igreja, o que diminuiu muito a ideia de um clero que agia como uma corporação separada do tecido social mais amplo.

A Idade Antiga: curso de história da Igreja I

Franco Pierini



FRANCO PIERINI

A IDADE ANTIGA

I

Curso de História da Igreja

240 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

Este manual de história da Igreja Antiga é formado por quatro volumes que delineiam uma síntese da história política e cultural do cristianismo. Atende os períodos da Idade Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br

Para entender a contribuição da Igreja católica para a independência do Brasil, precisamos ter presente que o Estado brasileiro, no século XIX, estava em formação; a partir de 1822, tudo estava por fazer, seja do ponto de vista político, institucional, legislativo ou mesmo burocrático. As dioceses, paróquias, confrarias e conventos formavam, talvez, a mais efetiva rede de organização da população, e por isso tais estruturas foram muito bem aproveitadas para a fundação do Estado constitucional.

De acordo com a Decisão nº 57, de 19 de junho de 1822, que dava orientações sobre as eleições dos deputados constituintes que iriam preparar a futura Constituição do então Reino do Brasil, as paróquias (ou freguesias) foram apontadas como zonas eleitorais primárias: “as eleições de freguesias serão presididas pelos Presidentes das Câmaras com assistência dos párocos” (capítulo 1, n. 3), os quais deviam fazer o reconhecimento da identidade dos eleitores (capítulo II, artigo 5º). Nesse mesmo capítulo II, lê-se: “no dia aprazado para as Eleições Paroquiais, reunido na Freguesia o respectivo Povo, celebrará o Pároco Missa solene do Espírito Santo, e fará, ou outro por ele, um discurso análogo ao objeto e circunstâncias” (*apud* FERREIRA, 2005, p. 75).

O papel das “assembleias paroquiais” foi reproposto pela Constituição de 1824, que designou as paróquias como zonas eleitorais também para a escolha de representantes políticos em âmbito provincial e nacional. Para o Brasil do século XIX,

as igrejas paroquiais, com seus templos e liturgias festivas, eram os principais espaços de sociabilidade da população e forneciam eficazes estruturas de organização cívica; justamente por isso, podiam servir como espaços políticos incontornáveis para o Brasil independente. Os bispos também deram sua contribuição ao processo emancipatório: por exemplo, o bispo do Pará, dom Romualdo de Souza Coelho (1762-1841), que foi deputado nas Cortes de Lisboa, contribuiu para que a província do Pará aceitasse a independência do Brasil, em 1823, depois de alguma resistência. Além disso, os bispos foram peças-chave nas juntas governativas provisórias, muitas das quais – como nas províncias

**“AS DIOCESES, PARÓQUIAS, CONFRARIAS
E CONVENTOS FORMAVAM, TALVEZ,
A MAIS EFETIVA REDE DE ORGANIZAÇÃO
DA POPULAÇÃO.”**



do Pará, Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso – presididas por preladados diocesanos (SANTIROCCHI, 2021, p. 1003)

É claro que a atuação do clero nos assuntos de Estado era facilitada pelo regime de padroado civil da Igreja – afinal, os bispos e padres faziam parte da administração pública e compunham os quadros do funcionalismo do Estado, como servidores de carreira (os párocos, por sinal, eram concursados, gozavam de estabilidade e recebiam salários fixos). Ocorre que, no processo de independência e na organização do regime político constitucional, os clérigos participaram sobretudo por convicção po-

lítica e, como podemos notar, agiram individualmente, sendo escolhidos como representantes do eleitorado: não foram eleitos porque eram padres, mas porque tinham ideias políticas compatíveis com o sentir de seus eleitores.

3. A IGREJA CATÓLICA E A OPOSIÇÃO POLÍTICA AO REGIME MONÁRQUICO

Se é fato que, no Brasil, Igreja e Estado formavam um todo, política e administrativamente, não é verdade que a “Igreja” formava um bloco homogêneo e foi apoiadora incondicional do regime. “Dilatar a fé e o império” representou mais conflitos do que harmonia na cooperação entre a Coroa e a Igreja (ROSENDAHL; CORRÊA, 2006). Gilberto Freyre considera ainda que o período imperial brasileiro foi um momento importante para que a Igreja católica conseguisse contornar, às vezes até reverter, os efeitos do padroado régio, por exemplo, diminuindo o peso das oligarquias regionais e apontando os excessos do governo sobre as ações eclesásticas (FREYRE, 2004, p. 125). Cada uma dessas medidas custou muito esforço da parte da Igreja e significou posturas deliberadamente críticas em relação ao poder.

Como a formação do clero no Brasil, durante o século XIX, era muito diversificada, até em termos teológicos, o pensamento clerical também era plural. Muitos padres, formados em universidades laicas e de inspiração iluminista, foram ardorosos defensores do republicanismo e participaram de revoltas republicanas, seja em Pernambuco (Revolução Pernambucana de 1817), no Rio Grande do Sul (Revolução Farroupilha de 1835), em Minas Gerais e São Paulo (Revolução Liberal de 1842). O número expressivo de padres liberais e republicanos no clero brasileiro constituía um problema para o Estado

“COMO A FORMAÇÃO DO CLERO NO BRASIL, DURANTE O SÉCULO XIX, ERA MUITO DIVERSIFICADA, ATÉ EM TERMOS TEOLÓGICOS, O PENSAMENTO CLERICAL TAMBÉM ERA PLURAL.”

monarquista: Dom Pedro II, por exemplo, para diminuir a oposição política advinda do clero, retirou das paróquias (e dos párocos) o controle das zonas eleitorais em 1842 e, desde então, passou a promover os clérigos que considerava menos opositores do regime.

Sucede que esses clérigos não republicanos ou liberais – os quais, a princípio, pareciam menos críticos à monarquia – revelaram-se rapidamente um empecilho para a continuidade do padroado. Descontentes com o envolvimento do clero com as políticas partidárias e as disputas regionais, esses padres antiliberais foram aderindo, desde 1840, às propostas teológicas do chamado ultramontanismo, um movimento europeu “de reação a algumas correntes teológicas e eclesiais, ao regalismo dos Estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna” (SANTIROCCHI, 2010, p. 24), propostas que se afinavam com o magistério de papas como Pio IX e Leão XIII. Portanto, se Dom Pedro II supunha que elevar ao episcopado apenas os padres ultramontanos, como Antônio José Ferreira Viçoso (bispo de Mariana) ou Antônio Joaquim de Melo (bispo de São Paulo), iria favorecer a causa da monarquia, logo percebeu que havia sido uma péssima escolha, pois foi sob os auspícios do ultramontanismo que a eclesiologia papal veio a minar as bases do padroado eclesial no Brasil. O clero ultramontano não pretendia derrubar

a monarquia, mas, ao querer retirar dela o controle sobre a Igreja, privava-a de uma de suas colunas de sustentação, o que não deixa de ser uma segunda forma, indireta, de oposição ao regime.

Curiosamente, a teologia latino-americana contemporânea, que censura a conivência da Igreja com o regalismo, costuma censurar também o ultramontanismo, como se fosse um movimento conservador e de mentalidade excessivamente clerical. Não se trata, mais uma vez, de julgar o passado, mas de compreender sua lógica. Ainda que, de fato, as teses ultramontanas confrontassem aspectos importantes do mundo moderno, elas foram importantes, por exemplo, para diminuir a força do regionalismo, que dividia as Igrejas locais, e para criar as condições necessárias para que o episcopado latino-americano encontrasse alguma convergência, apesar das barreiras do nacionalismo que separavam a Igreja no Brasil das demais Igrejas latino-americanas.

Foi sob inspiração ultramontana que se realizou o Concílio Plenário da América Latina, em 1899, o qual – criando uma consciência de comunhão intereclesial no continente – abriu o precedente para que fosse fundado o Conselho Episcopal Latino-americano (Celam) durante a Conferência do Rio de Janeiro, em 1955. Não nos esqueçamos de que a guinada eclesiológica realizada pela Conferência de Medellín (1968), na qual a Igreja fez a “opção preferencial pelos pobres”, denunciando o autoritarismo das ditaduras militares, está na continuidade, não na ruptura, com essa trajetória de crítica eclesial aos abusos do poder. **VP**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia*. São Paulo: Ática, 1978.

BRASIL. *Coleção das leis do império do Brasil de 1824*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Parte 1.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: Secretaria de Documentação e Informação do TSE, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OLIVEIRA, Gabriel Abílio de Lima. Padroado régio e regalismo nos primórdios do Estado nacional brasileiro (1820-1824). *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 76-96, 2017.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. Difusão e territórios diocesanos no Brasil: 1551-1930. *Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales da Universitat de Barcelona*, v. 10, n. 218 (65), 2006. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-65.htm>. Acesso em: 9 fev. 2022.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: romanização – ultramontanismo – reforma. *Temporalidades: Revista de História da UFMG*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 24-33, 2010.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Religião e política no século XIX: o Brasil pós proclamação da independência. Entrevistadora: Anna Karolina Vilela Siqueira. *Temporalidades: Revista de História da UFMG*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 999-1007, 2021.

A Idade Média: curso de história da Igreja II

Franco Pierini



232 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

Este livro faz um apanhado histórico sobre a Idade Média, dividindo-a em três momentos: a “primeira” Idade Média (450-950), a “alta” Idade Média (950-1250) e a “baixa” Idade Média (1250-1500). Este período histórico está relacionado com as culturas e religiões dos ambientes não cristãos de modo muito mais intenso do que esteve na Idade Antiga.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br

*Maurício Abdalla é educador popular, professor do Departamento de Filosofia da UFES, membro da Rede Nacional de Assessores do Centro de Fé e Política D. Helder Câmara (Cefep/CNBB) e coordenador pedagógico da Escola de Fé e Política D. Silvestre Scandian, da arquidiocese de Vitória. E-mail: mauricioabdalla.filosofia@gmail.com

Um olhar crítico sobre a (in)dependência do Brasil

O presente artigo analisa o sentido da celebração da Independência do Brasil à luz da categoria “independência” e dos conceitos a ela relacionados, contrastando-os com a realidade histórica do país. Aponta, em conclusão, que a independência brasileira é meta ainda a ser conquistada, para a qual a Igreja tem muito a contribuir.





“Quase ninguém reflete sobre o processo histórico que está por trás do nome “Independência do Brasil” e suas consequências para a realidade presente do país.”

Introdução: 200 anos de quê?

Costumamos usar nomes próprios e expressões para designar eventos históricos, datas e lugares. Os nomes que eles recebem fazem sempre referência ao sentido que o evento ou a data deveriam evocar ou à importância da pessoa cujo nome batiza algum lugar. Acontece que a repetição constante e a identificação do nome com aquilo a que ele se refere fazem desaparecer o sentido que a designação deveria lembrar. Os nomes tornam-se, então, apenas rótulos que identificam simbolicamente lugares, datas e eventos, e perdem sua conexão com a história que os justificam.

Pensemos, por exemplo, em cidades, bairros ou distritos. Muitos receberam nomes de personalidades, com a intenção de homenageá-las e manter vivo seu legado – tenha este sido bom ou ruim –, enquanto, em outros casos, a nomeação reduziu-se a contemplar ascendentes dos políticos que estavam no poder na ocasião. Esses nomes tornaram-se tão presos à identificação dos locais, a ponto de quase esquecermos que pertenceram a pessoas reais, sustentadas por algum tipo de história que as tenha tornado merecedoras de dar nomes a lugares públicos.

Quando, em Minas Gerais, se fala em Coronel Fabriciano ou Teófilo Otoni, todos pensam imediatamente nas respectivas cidades. Quase ninguém se pergunta quem

foram essas pessoas, o que fizeram, se foram boas ou ruins etc. O mesmo ocorre com Presidente Prudente, em São Paulo, Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, Teixeira de Freitas, na Bahia etc. Quantos se atentam, por exemplo, ao fato de que Petrópolis significa “cidade de Pedro” e Nilópolis homenageia Nilo Peçanha? Talvez apenas os que vivem nessas cidades e aprenderam isso na escola.

O mesmo acontece com nomes de datas e eventos religiosos. Quem não é atuante na Igreja católica raramente se atenta para o que significa domingo de Ramos, Corpus Christi, quarta-feira de Cinzas, Quaresma, Pentecostes etc. Para muitos, trata-se apenas de nomes de feriados ou tradições, cujo sentido não tem a menor importância – mesmo para aqueles que comem peixe na sexta-feira da Paixão ou usam a Quaresma para fazer dietas ou criar hábitos relacionados à saúde pessoal.

Essa perda de conexão entre os nomes e os eventos, datas ou lugares a que eles se referem também ocorre nas datas cívicas e comemorações relacionadas à história do Brasil e do mundo. Elas figuram no calendário, têm uma definição resumida, muitas vezes estudada na escola e esquecida no cotidiano, e designam feriados nacionais ou locais. Proclamação da República, Dia de Tiradentes, Dia do Fico, Dia do Trabalho (originalmente, Dia do Trabalhador), Dia Internacional da Mulher, Dia da Consciência Negra, Descobrimto do Brasil, Independência do Brasil..., para boa parte do nosso povo, são apenas rótulos que designam eventos merecedores de pouca (ou nenhuma) reflexão ou feriados para descanso e viagens.

No ano de 2022, o Brasil celebra os 200 anos de um desses eventos históricos de grande importância, a Independência do Brasil. Porém, para grande parte dos brasileiros – arrisco-me até a dizer: para

a maioria –, o Dia da Independência é apenas um feriado esperado todo ano, torcendo-se para que caia em uma terça ou quinta-feira, a fim de justificar o “enforcamento” da segunda ou sexta-feira. Para outros, é um dia de desfile cívico, no qual se prestam homenagens à pátria, às suas instituições, autoridades e símbolos, em uma demonstração de patriotismo abstrato e ingênuo. Quase ninguém, contudo, reflete sobre o *processo histórico* que está por trás do nome “Independência do Brasil” e suas consequências para a realidade presente do país.

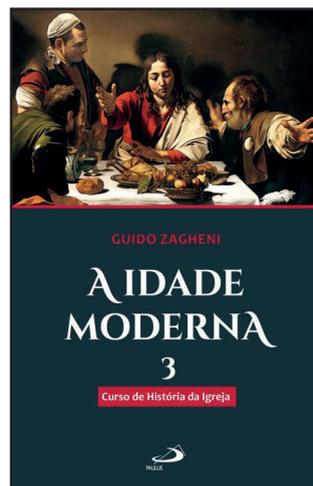
Na escola, aprendemos a conectar a data ao famoso quadro de Pedro Américo, com Dom Pedro I a cavalo, de espada em riste, às margens do rio Ipiranga, na ocasião do mítico brado: “Independência ou morte!”, momento em que nosso país teria se tornado uma nação independente por obra do príncipe regente. Essa imagem, porém, não é mais que uma das tantas tentativas de forjar heróis nacionais que nunca realmente o foram.

Assim como os nomes de outros eventos, datas ou lugares, a Independência do Brasil não evoca o sentido do fato histórico, e muito menos sua crítica. Grande parte do povo brasileiro nem sequer tem em conta que o nome se refere a um evento real, conectado à nossa história e que ajuda a explicar nossa situação sociopolítica, cultural e econômica atual.

O sentimento cívico e patriótico abstrato ou o desejo de descanso anulam, todo ano, o sentido histórico da data. Nem o pai com o filho na cacunda agitando uma bandeirinha do Brasil e aplaudindo a banda da Polícia Militar, nem a jovem que foi acampar no Caparaó aproveitando o “feriadão”, nem o trabalhador que aproveitou a folga para consertar o telhado de sua casa estão preocupados em saber em que condições se proclamou a independência

A Idade Moderna: curso de história da Igreja III

Guido Zagheni



448 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

Este livro evidencia a contribuição oferecida pela Igreja para a formação da civilização moderna, focalizando sobretudo temáticas fundamentais, como a descoberta do Novo Mundo, a Reforma da Igreja, o nascimento da nova ciência e a emergência do conceito de “soberania” como princípio organizador do mundo moderno.



Aponte a câmera do seu celular e confira a degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br

do país e se a data representa realmente uma realidade para todos. Por isso, o bicentenário desse evento histórico pode ser boa oportunidade para a reflexão sobre seu significado e para entendermos melhor o presente do Brasil.

1. O conceito de independência

Começemos por nos interrogar sobre o significado da palavra “independência”. De certa forma, sabemos bem o que ela significa

*“Se independente é
sinônimo de autônomo,
um país heterônomo não
pode ser considerado
independente.”*

fora do nome que se refere à data cívica. Contudo, é preciso refletir sobre o sentido da palavra para compreendê-lo vinculado ao evento histórico a que chamamos Independência do Brasil.

Segundo o dicionário *Houaiss*, o significado primeiro e genérico do termo “independência” (ausência de dependência) é “estado, condição, caráter daquele que goza de autonomia, de liberdade com relação a alguém ou alguma coisa”. No seu sentido político, designa “autonomia política; soberania nacional; libertação” (HOUAISS, 2021). Aqui temos três termos cuja breve definição será de grande importância para entendermos o conceito de independência quando se refere a um país: *autonomia, soberania e libertação*.

A palavra *autonomia* (do grego *autos* = “si próprio” e *nomos* = “norma, lei”), quando aplicada à sociedade, significa a capacidade de fazer as próprias regras e leis, sem nenhuma imposição ou legitimação externa ou de instância que não seja a deliberação



livre dos que compõem a totalidade social. A existência de qualquer tipo de obrigação normativa que esteja acima da vontade do corpo social, em sua totalidade, elimina o conceito de autonomia.

Quando uma sociedade é obrigada a renunciar à vontade de seus integrantes para atender a *regras que determinam as leis*, ela não pode se dizer autônoma, pois, em vez de fazer as próprias normas, apenas adapta suas leis a comandos externos de outros que não ela mesma. Nesse caso, não há autonomia, e sim *heteronomia* (do grego *heteros* = “outro”). Podem-se definir princípios e ideais aos quais as leis devem submeter-se e adaptar-se, mas também eles devem ser deliberados pela vontade da totalidade social para que se possa falar em autonomia.

Regras que determinam as leis independentemente da vontade dos cidadãos, quando existem, são *leis da lei*, ou seja, algo a que devemos obrigatoriamente obedecer na hora de fazer as leis ou definir os rumos da sociedade. Se há “leis da natureza”, “leis divinas” (ou religiosas), “leis do mercado”, “leis de costumes”, “leis dos poderosos”, “leis da nobreza”, “leis da tradição” etc. às quais as deliberações políticas devem submeter-se e que não podem ser debatidas, criticadas, modificadas ou rejeitadas, então há determinação externa da política e da vida social, e prevalece a heteronomia. Assim, se *independente* é sinônimo de *autônomo*, um país heterônomo não pode ser considerado independente.

A *soberania* relaciona-se à autonomia na relação com as demais nações e poderes que coexistem no mundo. Uma nação soberana relaciona-se em condição de igualdade com outras e impõe suas condições sem relação de vassalagem com líderes de outros países, independentemente de seu tamanho ou riqueza. País soberano também é aquele que não

precisa prestar contas a nenhum poder interno que se sobreponha ao Estado – seja ele constituído por uma nobreza, grupos ou instituições religiosas, sociedades secretas, grupos econômicos ou crime organizado.

Portanto, se o conceito de soberania também define a independência, qualquer país cujo Estado se submeta a outro que esteja acima – sejam nações estrangeiras ou grupos internos – não é independente, pois deve obrigações a outros soberanos.

O conceito de *libertação*, que também compõe a definição de independência, remete-nos à ruptura de uma situação de submissão ou dependência. A ruptura com os laços de dependência ou jugo é libertação, cujo resultado deve ser a anulação dos vínculos com o antigo soberano e a aniquilação de qualquer tutela. É preciso ter em conta que apenas a mudança da condição jurídica ou formal da submissão não representa libertação. Por exemplo, um trabalhador que continue a fazer o mesmo serviço e a dever as mesmas obrigações ao patrão, mudando apenas a modalidade de contratação de empregado para microempreendedor individual (MEI), não se libertou do patrão; ocorreu tão somente a alteração do *status* legal de sua submissão. A verdadeira libertação deve ocorrer *de fato*, e não apenas *de direito*, o que significa que as condições de submissão precisam ser eliminadas.

Tampouco uma pessoa ou país se libertam trocando de soberano. Alguém que foi submetido à condição de escravo de um senhor não se liberta quando passa às mãos de outro. A libertação que define a independência é a recusa a qualquer jugo, senhor ou soberano. Ou seja, libertação é uma mudança de condição e só pode ser considerada para definir a independência quando a submissão a qualquer outro é realmente rompida.



“A libertação que define a independência é a recusa a qualquer jugo, senhor ou soberano.”

2. O Brasil é independente?

Qualquer pessoa com um mínimo de conhecimento crítico da economia e da política brasileiras percebe que os conceitos que definem a independência não são os que descrevem nossa realidade. *Autonomia, soberania e libertação* aparecem-nos mais como metas a serem conquistadas do que como conceitos descritivos de uma realidade que deve ser comemorada.

O processo da independência brasileira foi definido por arranjos entre os diversos grupos que compunham o poder na colônia, incluindo o filho do monarca português, o príncipe regente Dom Pedro, que veio a se tornar o primeiro rei do Brasil. As lutas populares pela independência não tiveram aqui a força que representaram em outros países das Américas (como Haiti, Venezuela, Argentina, Chile, Cuba, México, Peru) – cujos processos de emancipação foram mais complexos e dramáticos que o nosso, envolvendo guerras civis e lutas de indígenas e escravizados. Tampouco tiveram o caráter de revolução que se verifica na independência dos Estados Unidos.

Todo o arranjo para que se decretasse a separação do Brasil da Coroa Portuguesa foi definido pelos membros das elites agrárias e comerciais, pelo herdeiro do trono português, por políticos influentes e pela maçonaria. O processo histórico que culminou com a separação de Portugal não foi resultado de lutas heroicas de libertadores como Simón Bolívar, San Martín, José Martí e outros que fizeram história nas colônias

espanholas, nem foi influenciado diretamente pelas rebeliões de indígenas e escravos, como no Peru (sob a liderança de Tupac Amaru) e Haiti (com Toussaint L’Ouverture e Dessalines) (WASSERMAN, 2003, p. 118–176). Assim, a mudança de condição do Brasil de colônia para reino não foi decisão autônoma do povo, o qual nem sequer participou do processo.

A maioria dos que viviam no Brasil em 1822 eram negros escravizados, mestiços pobres e indígenas – embora a população destes últimos viesse sendo drasticamente reduzida. Os brancos e livres que definiam a política eram minoria e não representavam a totalidade social. Como falar em independência se a condição da maioria permaneceu exatamente a mesma? A escravidão só veio a ser abolida 66 anos depois, e os direitos dos povos indígenas só vieram a ser reconhecidos bem mais tarde. E sabemos que a condição dos negros e indígenas permanece inferiorizada e desprezada na vida sociopolítica e econômica brasileira atual.

O que teriam os negros, descendentes dos que foram escravizados, e os indígenas a comemorar no bicentenário da Independência? O mesmo se pode perguntar da totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, mestiços ou imigrantes pobres que substituíram a mão de obra escrava, de cujo suor brota a riqueza das classes que decidem e em cujas costas sempre pesa o prejuízo das decisões, mas, apesar disso, jamais foi chamada a participar das deliberações políticas de sua nação. De que maneira essa maioria da população

foi afetada com a mudança da condição de colônia para país independente?

Na verdadeira história da independência brasileira, o que definiu as regras da mudança e as novas leis do país, que deixava de ser colônia para se tornar reino independente sob o poder régio de D. Pedro I, foi a vontade de grupos econômicos poderosos que se reuniam em sociedades secretas, mais especificamente na maçonaria. A declaração de independência, segundo Sérgio Buarque de Holanda, nem sequer foi definida em 7 de setembro, mas sim dias antes, em uma loja maçônica (o Grande Oriente):

No Grande Oriente, aliás, não se esperou e decidiu-se a 20 e 23 de agosto proclamar a separação e enviar emissários às províncias para tratar da investidura do regente na realeza brasileira; neste sentido manifestou-se a Câmara do Rio a 7 de setembro, evidentemente sem saber o que estava ocorrendo em São Paulo. O título de Imperador seria por sua vez proclamado a 14 de setembro, quando se fez a aclamação maçônica de D. Pedro, iniciando-se nos dias seguintes a campanha de manifestos e circulares, pela aclamação pública com a cláusula do juramento prévio (HOLANDA, 2003, p. 201).

O mítico brado “Independência ou morte!” soa ainda mais falso quando se sabe que não havia uma luta de vida ou morte pela emancipação política do Brasil. Nem sequer houve guerra. A alternativa não era, em definitivo, a morte. Estava-se decidindo que o país assumiria sua condição de reino separado de Portugal (processo iniciado já na vinda de D. João VI para cá em 1808) para que a elite dominante – já bastante à vontade e enriquecida à custa do massacre indígena, da escravidão negra e da exploração dos mestiços pobres – pudesse fazer suas próprias leis e exercer seu próprio domínio.

História do movimento cristão mundial

Volume I: do cristianismo primitivo a 1453

Dale T. Irvin / Scott W. Sunquist



Imagens meramente ilustrativas.

A história do movimento cristão reflete uma enorme diversidade de crenças e práticas através dos dois milênios passados.

Para narrar uma história fidedigna do movimento, os autores levaram em conta essas diversidades que separaram várias partes umas das outras, sem reduzir sua história comum à perspectiva de uma só.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br

Assim, podemos falar de uma relativa autonomia dessas castas economicamente elevadas em relação à Coroa Portuguesa, mas jamais de um país que tenha envolvido seu povo na definição de suas novas leis e de seu novo *status* político. Desde lá, pequena parcela da elite econômica e política local define os rumos do país, de forma submissa aos interesses da elite econômica mundial e dos países ricos e de costas para as vontades e necessidades de seu povo. Não houve nenhum processo de libertação.

Disse acima “relativa autonomia”, pois é bem conhecida a dependência *de fato* (embora não *de direito*) que o país manteve com a Inglaterra e, mais tarde, com os Estados Unidos. A nação jamais foi soberana em suas decisões e na gestão de seus recursos. As classes dominantes locais nunca se esforçaram para ter qualquer tipo de soberania nacional e jamais se envergonharam da condição de “gerentes” do capital estrangeiro, capatazes de nações ricas, desde que isso lhes enchesse as contas bancárias e mesmo que para isso fosse preciso entregar as riquezas nacionais ao controle externo e o povo brasileiro à miséria. Soberania sempre foi palavra estranha às nossas classes dirigentes.

As oligarquias políticas brasileiras jamais fizeram esforços para criar aqui um Estado soberano. O Estado brasileiro, por vontade de nossas classes dirigentes e de seus representantes nos três poderes (legislativo, executivo e judiciário), sempre se configurou como servo obediente das elites econômicas agrárias, industriais, comerciais e financistas. Mesmo com eleições formalmente democráticas e com a resistência de uma minoria de políticos realmente comprometidos com as causas populares, o poder do dinheiro e a influência direta das grandes corporações de mídia nos processos eleitorais sempre garantiram a subserviência do Estado à soberania dos grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Todas as tentativas de mudar

essa condição de vassalagem das instituições republicanas sucumbiram a golpes de Estado, militares ou parlamentares.

3. Independência ou morte

A independência do Brasil, considerado como nação composta de todas as etnias e da totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras que a constroem no dia a dia, é meta ainda a ser conquistada. A herança do processo histórico que definiu nosso *status* como país independente ainda determina nossas relações de dependência, mas estas são mascaradas com mitos patrióticos forjados, liberdade meramente formal e discursos falaciosos de funcionamento autônomo das instituições do Estado, reproduzidos pelas diversas instâncias de formação, informação e educação do povo brasileiro.

A Igreja católica pode contribuir tanto para a destruição desses mitos como para a criação de um desejo de busca de um país realmente autônomo, soberano e libertado, ou seja, independente. A atuação política da Igreja, desde as mudanças do Concílio Vaticano II e das primeiras conferências episcopais pós-conciliares, foi responsável por grande mudança no protagonismo das classes populares em sua participação política.

Os diversos movimentos sociais oriundos de pastorais sociais e os inúmeros agentes políticos formados pela Igreja nos valores cristãos de igualdade, direito de todos e partilha tiveram grande influência na política brasileira.

“Sem a formação política e cidadã das bases sociais, a sociedade deixou-se levar pelas ideias dos poderosos e tornou-se suscetível ao discurso do ódio e do obscurantismo.”

As conquistas políticas da segunda metade da década de 1980, seguidas de todas as mudanças e avanços das décadas seguintes, seriam impensáveis sem a atuação das comunidades eclesiais de base, das pastorais sociais, da Cáritas, das Comissões de Justiça e Paz (nacional e locais) e sem o profetismo da CNBB e de bispos, padres e religiosos atuantes nas Igrejas locais.

O arrefecimento desse tipo de ação, como decorrência de uma reação conservadora – estimulada também pela contrariedade dos Estados Unidos à ação política crítica da Igreja latino-americana, conforme nos revela o Documento de Santa Fé II (ABDALLA, 2019) –, também deixou suas marcas na política nacional. Sem a formação política e cidadã das bases sociais, a sociedade deixou-se levar pelas ideias dos poderosos e tornou-se suscetível ao discurso do ódio e do obscurantismo.

Enfrentamos tempos de reacionarismo violento e de rapinagem voraz das riquezas naturais e do suor do povo trabalhador. O país tem sido entregue aos interesses privados nacionais e internacionais como nunca na história recente, sem nenhuma vergonha ou mesmo seletividade: da pilhagem fazem parte tanto empresas tradicionais quanto as diversas formas de crime organizado.

Retomar a ação pastoral profética, denunciativa e anunciativa; intensificar a formação política dos cristãos para atuação

nas diversas organizações sociais e partidos políticos; desvelar mitos e abrir os olhos da sociedade para os engodos históricos; ser capaz de pronunciar-se sem rodeios contra as elites políticas e econômicas e o crime organizado que rapinam o Brasil, posicionando-se claramente a favor dos que sofrem e contra os que provocam o sofrimento, como fez Javé em favor dos hebreus e contra o faraó – todas essas são tarefas fundamentais para que a Igreja contribua para a meta de um país independente.

Não se trata de sobrepor-se ao princípio da autonomia, estabelecendo regras externas (leis divinas ou da Igreja) para a ordenação política e a confecção das leis, mas de preparar os cidadãos à luz dos valores cristãos, para que estes sejam praticados e defendidos no mundo político. Curiosamente, tais valores não são conservadores, mas *transformadores*. A Doutrina Social da Igreja e o pontificado de Francisco, principalmente quando comparado à realidade de nosso país, apontam para uma ação de mudança radical de estruturas.

Diante da situação que se apresenta para a natureza e o ser humano em um país destruído como está o nosso, após uma pandemia sem controle e um governo de morte, faz-se necessário tornar real o grito que, na verdade, nunca foi dado: independência ou morte!

vp

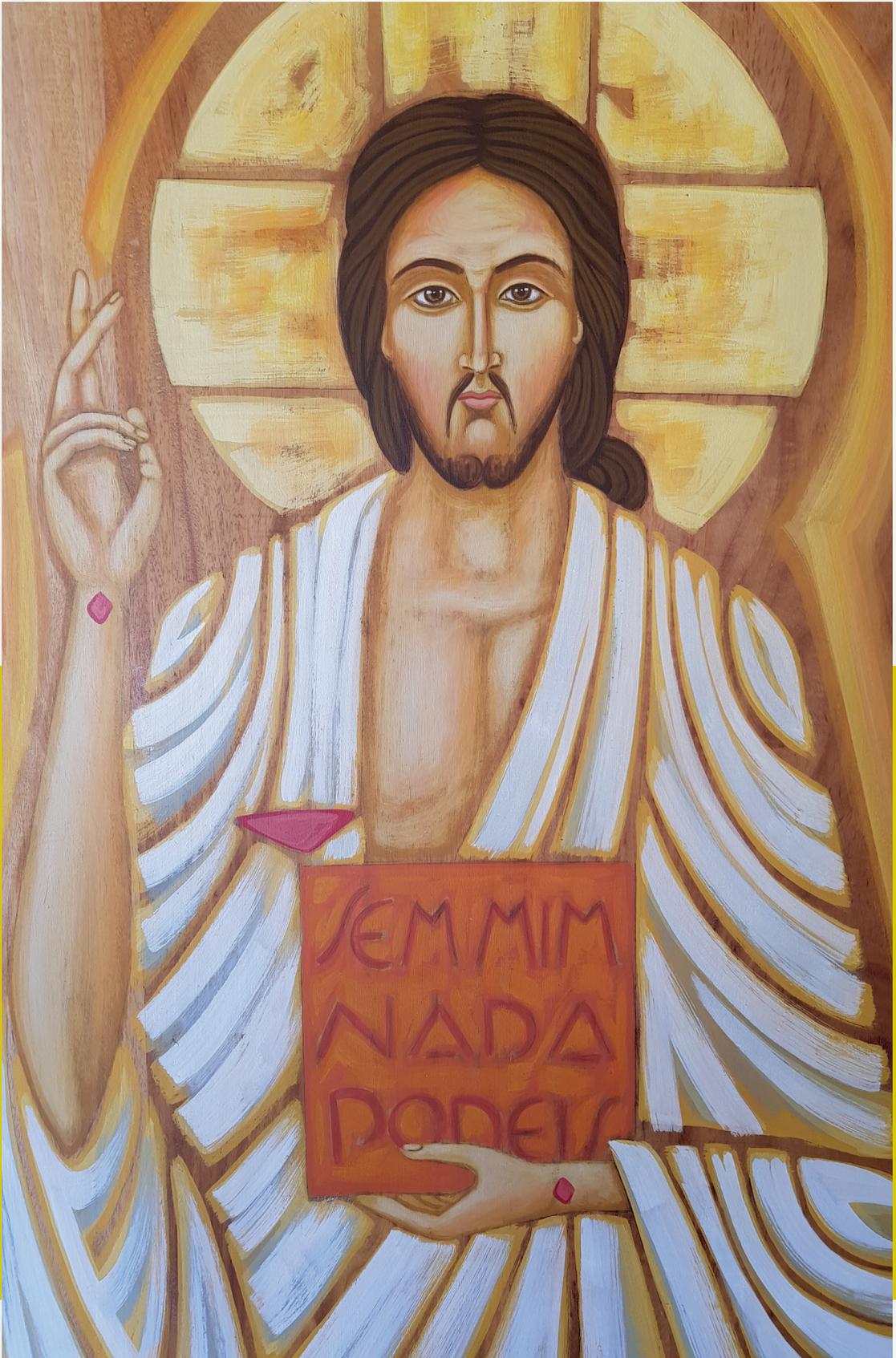
Referências bibliográficas

- ABDALLA, Maurício. Em busca da funda de Davi: uma análise estratégica da conjuntura. *Outras Palavras*, São Paulo, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/em-busca-da-funda-de-david/>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. t. 2, v. 3.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss*. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- WASSERMAN, Cláudia (org.). *História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

*Prof. Orlando Garcia é doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, membro do Grupo de Pesquisa CNPQ-PUC-SP: Comunicação, Cultura e Oralidade, autor de vários artigos em revistas eletrônicas e de vários capítulos de livros publicados em coletâneas. É autor do livro *O índio vê uma TV que a gente não vê: o jeito tereno de ver TV*. É pesquisador da cultura indígena e suas conexões socioculturais e mestiças com a sociedade não índia. E-mail: Orlandohist@gmail.com

O índio e a independência do Brasil: *uma questão ambígua*

Avaliamos neste artigo a participação dos índios nas comemorações de Independência do Brasil, considerando tanto a redução de seu território, mediante a política indigenista implementada pelo Estado português e pelo Império brasileiro, como o fato de pertencerem a nações indígenas não reconhecidas pelo Estado nacional de antes, durante e depois da Independência.





"A política do Império português no Brasil se orientava no sentido de exercer a primazia da língua portuguesa sobre as línguas indígenas."

INTRODUÇÃO

É fato que os índios não estão incorporados como sujeitos protagonistas na história do país. É fato também, portanto, que os aborígenes não se inserem no Estado nacional nem como cidadãos, com direitos abrangentes, nem como brasileiros, uma vez que possuem nações próprias. Sendo assim, teria de haver uma razão plausível que justificasse a participação deles em datas comemorativas do país. Mesmo assim, por razões variadas, muitos dos povos indígenas participam dessas datas, e não será diferente em relação às comemorações dos 200 anos de Independência neste ano de 2022.

A fim de chegar a uma justificativa definitiva para essa constatação, seria preciso uma pesquisa ampla a respeito do assunto, o que fugiria aos propósitos deste artigo. Todavia, é possível colaborar no fornecimento de uma explicação, refletindo, por exemplo, sobre a relação que os indígenas têm mantido com a terra antes, durante e após a independência do Estado brasileiro, além de investigar qual relação de pertença eles mantêm com a nação brasileira e, a partir daí, avaliar qual a importância, em sua perspectiva e na do país, de participar ou não das comemorações da Independência do Brasil. Pesquisadores como José Mauro Gagliardi, Fernanda Sposito e Eduardo Viveiros de Castro, entre outros, contribuem para esclarecer o ponto de vista sob o qual o índio é considerado e sua relação com o Brasil.

1. A POLÍTICA INDIGENISTA DO ESTADO PORTUGUÊS/BRASILEIRO

Sabe-se que índios possuem territórios, línguas e leis próprias que lhes conferem *status* de membros de nações indígenas e

por isso deveriam, historicamente, ser reconhecidos como sujeitos social, política e culturalmente independentes. Na história do Brasil, no entanto, as nações indígenas, com suas leis, línguas e territórios, nunca foram reconhecidas como tais. Embora atualmente ainda existam muitas nações e variadas línguas (aproximadamente 180 sendo faladas por diversas tribos no território nacional), a política do Império português no Brasil se orientava no sentido de exercer a primazia da língua portuguesa sobre as línguas indígenas, a exemplo do que fez o Marquês de Pombal, que, ainda no século XVIII, proibiu que a língua tupinambá, a mais difundida no país na época, continuasse a ser falada. A política de Pombal tinha por objetivo a ocupação do território brasileiro, a unidade cultural e política e a hegemonia portuguesa (GAGLIARDI, 1989, p. 28).

A política indigenista do Império brasileiro desde 1822, realizada por José Bonifácio de Andrada e Silva, propunha quatro princípios básicos voltados para a integração do índio à sociedade brasileira: justiça, para assegurar que as terras dos índios não lhes fossem retiradas por força e sem indenização, brandura no trato com os índios, constância no acompanhamento das medidas adotadas e sofrimento, com o objetivo de sensibilizá-los quanto à questão da religião e fé cristã (GAGLIARDI, 1989, p. 30). No entanto, o Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845, estabelecia que os índios teriam de aceitar a condição de trabalhadores braçais em terras que antes eram suas, e a Lei nº 601, de 18 setembro de 1850, por sua vez, foi uma iniciativa pública para regulamentar a questão

fundiária no período do Império, cabendo ao Estado delimitar as terras e distribuí-las – o que acabou por fazer, privilegiando os interesses dos fazendeiros latifundiários. Dessa forma, a demarcação das terras índias se limitou à definição de uma política de terras por concessão e posse, como única alternativa de acesso a elas, substituindo o sistema de concessão por sesmarias. O novo sistema contribuiu para diminuir as terras ocupadas por indígenas e também aumentou o número de terras devolutas pertencentes ao Estado, o que manteve as terras improdutivas e as fez aumentar em número. Com a lei de terras e de posse legal de boa parte delas pelo Estado, os índios do Brasil tiveram suas terras ainda mais reduzidas.

Levando em conta que o termo “indígena” designa quem mora na terra e vive dela, sabe-se que todos os índios do Brasil são indígenas, porém nem todos os indígenas são índios (VIVEIROS DE CASTRO, 2016). Mais ainda: nem todos os que tomaram posse de terras ou as ampliaram em seu favor, a partir do surgimento da Lei de Terras em 1850, eram indígenas, o que provocou o aumento das terras improdutivas e a redução das terras para índios. Aliás, a delimitação de terras para os índios do Brasil mediante demarcações, a qual ocorre desde os tempos coloniais, significaria, em uma análise conclusiva mais ampla, que suas terras foram retiradas de suas posses, desconsiderando-se terem sido eles os primeiros e legítimos proprietários do território, do qual os portugueses se apropriaram ao chegarem aqui por volta dos séculos XV e XVI. A partir de então, ao longo da história das apropriações pelo sistema de sesmarias e depois pelo sistema de posse concedido pelo Estado, os índios e suas nações foram perdendo a posse de suas terras e riquezas.

Após a independência, o Império brasileiro decretou a Lei nº 426, de 24 de julho de 1845, conhecida como Regulamento

das Missões, que determinava como se daria o contato com os índios de então – nada favorável a eles, é claro.

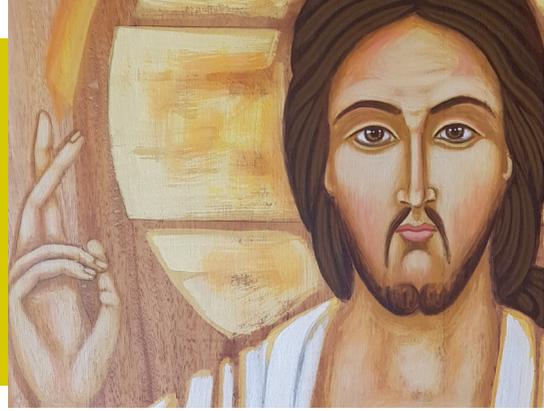
2. A LEGISLAÇÃO

Toda a legislação criada para os índios do Brasil, antes da independência e depois dela, foi um demonstrativo do controle do Estado sobre as terras dos índios, sobre o destino dado a elas, sobre as línguas faladas por eles e sobre seu modo de vida. O Regulamento das Missões de 1845 permaneceu válido até o final do Império, em 1889.

O Estatuto do Índio, de 1973, já previa também – como todo o conjunto de leis e instituições criadas desde o período colonial – a integração do índio à sociedade. Além disso, a Constituição de 1988 garantiu a proteção da cultura das populações tradicionais, sempre visando à integração dos índios à cultura branca/mestiça, fazendo-os seguir regularmente as leis do Estado nacional e os afastando das leis internas das tribos e aldeias e de suas culturas.

A Constituição de 1988 configura os direitos dos índios e lhes assegura o respeito à organização social, aos seus costumes, ao uso de suas línguas, às suas crenças e tradições. Porém, isso efetivamente não ocorreu, pois se manteve a iniciativa de integração do índio à nação brasileira por meio de mecanismos políticos criados para tanto, além de não reconhecer de fato sua autodeterminação. Apesar de a última Carta Magna ter estabelecido novas relações entre Estado, sociedade e povos índios e a ideia de proteção trazer certo afinamento na relação do Estado com os povos da floresta, de certo ponto de vista, o controle sobre a vida nas aldeias continuou – com efeito, na Constituição de 1988, o direito às terras índias foi definido como “direito originário”, mas sob o controle do Estado. No artigo 215 da Constituição de 1988, consta que cabe ao Estado proteger as manifestações da cultura indígena, o que, em

“Toda a legislação criada para os índios do Brasil, antes da independência e depois dela, foi um demonstrativo do controle do Estado sobre as terras dos índios, sobre o destino dado a elas, sobre as línguas faladas por eles e sobre seu modo de vida.”



outras palavras, significa também controlar e vigiar, pondo as nações indígenas sob a tutela do Estado. Outro dispositivo constitucional de 1988 que fere as liberdades dessas nações é a LDB, ao atribuir competência ao Ministério da Educação para coordenar a política nacional de educação escolar indígena, pois, com escolas no interior das aldeias, a cultura branca/mestiça é mantida a despeito da vontade dos povos da floresta.

Para avaliarmos a possibilidade de os índios serem inclusos como brasileiros no período em que se elaborava a Constituição de 1823, promulgada em 1824, a questão inicial e fundamental está em analisarmos como eles foram posicionados pela Carta Magna:

Na sequência, durante a efetivação do pacto político, expresso no processo de elaboração da Constituição, não houve sérios problemas em deixar os indígenas de fora. Aqui, somente os homens livres, com certa faixa de renda e que partilhassem da cultura ocidental é que seriam incluídos. A possibilidade de incluir os demais parecia absurda para os legisladores do período, já que escravos e autóctones, conforme visto, estavam completamente fora do plano político e social que os dirigentes nacionais estavam delimitando (SPOSITO, 2012, p. 29).

Assim, para situá-los no cenário nacional brasileiro do período da Independência, em meio aos embates políticos e jurídicos travados entre opositores herdeiros do liberalismo do Antigo Regime europeu, principalmente entre os chamados portugueses e brasileiros,

temos de ver os índios como pertencentes a uma categoria social marginalizada, pois, nessas lutas, os que não possuíam representatividade social na política liberal da época ficavam de fora de qualquer possibilidade de intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer argumentação, negativa ou positiva, a respeito da participação do índio nas comemorações da Independência do Brasil sugere uma análise sobre a relação do índio com a terra e com o Estado nacional. Sobre a questão das demarcações de terras para índios, já vimos que, historicamente, houve reduções sistemáticas, até hoje em andamento. Na primeira Constituição da nação, a de 1823, em que se evidenciava uma diferença entre cidadãos e brasileiros, o índio estava posto em qual relação com o Brasil? Na argumentação de Fernanda Sposito (2012), havia uma sociedade brasileira real e outra nacional, dilema que tornava claro e evidente que nem todos os povos que viviam em solo brasileiro teriam cidadania. Tratava-se de diferenças jurídicas e políticas. No caso dos escravos, todos os nascidos no Brasil seriam brasileiros, embora não fossem cidadãos; no caso dos índios, “[...] nem cidadãos, nem brasileiros seriam segundo essa acepção, pois, além de não pertencerem à sociedade civil, não compartilhavam nem mesmo os valores da cultura ocidental, estando, portanto, fora dos planos político e social que se delineavam” (SPOSITO, 2012, p. 19). De acordo com essa autora, havia no Brasil da época uma igualdade jurídica que não significava igualdade política, por diferenças

supostamente “naturais” existentes. Trata-se de uma ambiguidade mal resolvida, do ponto de vista político, praticada pelo Estado nacional e imperial brasileiro no século XIX, Estado certamente edificado pela corte portuguesa.

A formação do Brasil independente, a partir de 1822, ocorreu em meio a lutas por interesses regionais. Ao imperador e sua família cabia a representação do Estado, conciliações políticas para governar e nomeações, estabelecendo até mesmo os que teriam direitos sociais e políticos reconhecidos e aqueles que não seriam reconhecidos como brasileiros, a exemplo dos índios (SPOSITO, 2012, p. 23).

Para que os índios pudessem ser reconhecidos como brasileiros e cidadãos, deveriam abandonar seu modo de vida, seus costumes e suas crenças; em outras palavras, seria o mesmo que abandonar suas línguas, seus territórios e suas leis próprias, abdicando da condição de índios pertencentes a nações independentes. Entretanto, ainda assim seria difícil sua aceitação jurídica por grande parte da elite, que preferia mantê-los na condição de escravos em potencial.

Esse é um problema a ser mais bem desenvolvido pela historiografia. Atualmente, os índios exercem o direito ao voto (ainda que, para isso, devam ter 18 anos e ser alfabetizados em língua portuguesa) e possuem o direito de se candidatar a cargos públicos. A questão, aparentemente contraditória, consiste na seguinte indagação: o índio, exercendo alguns direitos de cidadania brasileira, ainda pode ser visto como índio? A resposta para essa pergunta demanda um estudo aprofundado a respeito do que é ser índio no Brasil. Enfim, o que *a priori* avaliamos nesta análise não é quanto o índio participa, ou não, das comemorações da Independência do Brasil, mas o que isso significa para esses povos, uma vez que pertencem a diferentes nações,

desprovidas de reconhecimento pelo Estado nacional de antes, durante e depois da independência. **vp**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

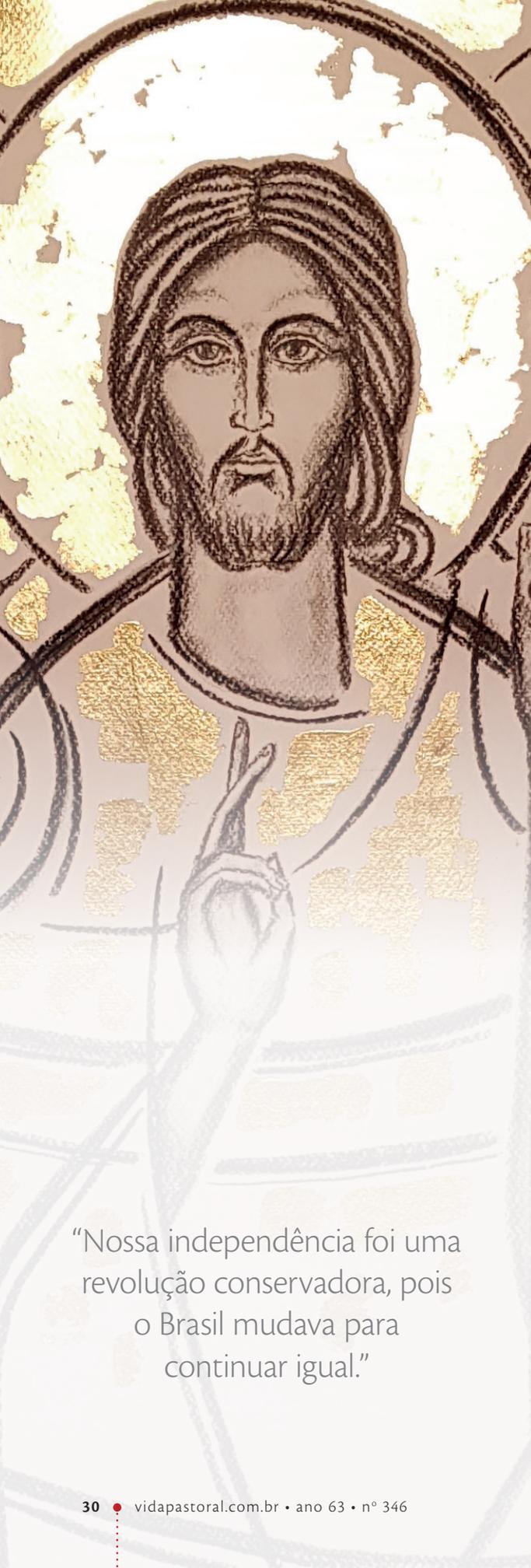
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2022.
- CARVALHO, J. M. de. A política de terras: o veto dos barões. In: CARVALHO, J. M. de. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- CAVALCANTE, J. L. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. *Revista Histórica*, São Paulo, n. 2, jun. 2005. Disponível em: <https://goo.gl/M2YGtV>. Acesso em: 10 fev. 2012.
- GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- MOTTA, M. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- PENA, Rodolfo F. Alves. Demarcação de terras indígenas no Brasil. *Brasil Escola*, Goiânia, [20--]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/demarcacao-terras-indigenas-no-brasil.htm>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: Alameda, 2012.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Os involuntários da pátria*: reprodução da aula pública realizada durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro, 20/04/2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4865765/mod_resource/content/1/140-257-1-SM.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

*Prof. Eduardo Brasileiro, educador e sociólogo, mestrando em Sociologia pela PUC Minas. Membro do Nesp (Núcleo de Estudos Sociopolíticos), participa da "Casa Comum" (Escola de Formação Política para Cristãos Humanistas) e do Grupo de Reflexão e Trabalho pela Economia de Francisco e Clara, ambos na PUC Minas. É consultor do Instituto Cultiva e integrante da coordenação executiva da 6ª Semana Social Brasileira da CNBB em nome da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC). E-mail: eduardobrasileiroc@gmail.com

Os 200 anos da (in)dependência e os desafios sociopastorais à luz das propostas da 6ª Semana Social Brasileira

O presente artigo pretende abordar, à luz da conjuntura política, econômica e cultural atual, quais são os reflexos destes 200 anos na sociedade brasileira e como os desafios deverão ser interpretados do ponto de vista pastoral e eclesial. Nesse sentido, o autor buscará saídas a partir da 6ª Semana Social Brasileira, agenda vivida transversalmente por todas as pastorais do Brasil após deliberação da CNBB de alguns anos atrás, com o tema: "Mutirão pela vida: por terra, teto e trabalho".





“Nossa independência foi uma revolução conservadora, pois o Brasil mudava para continuar igual.”

1. Um balanço conjuntural

Pensar os impactos da Independência de 1822 na vida dos brasileiros e brasileiras de hoje, 200 anos depois, é grande desafio. Dizer que não houve independência seria coligar-se a um negacionismo de coturno que se vê atualmente no Brasil, mas não problematizá-la seria um erro crasso: independência para quem? O quadro majestoso de Pedro Américo, pintado em Florença mais de 60 anos depois do evento, sob a encomenda de Dom Pedro II, exprime a fábula criada pelo Império e retroalimentada pelas classes dominantes para manter acesa a esperança no 7 de setembro de 1822 como tempo inaugural de liberdade para o povo brasileiro. A movimentação para o Brasil se tornar independente de Portugal teria irrompido neste discurso de Dom Pedro I: “As cortes querem mesmo escravizar o Brasil. Cumpre, portanto, declarar já a nossa independência. Desde este momento estamos definitivamente separados de Portugal: independência ou morte seja a nossa divisa” (MACAULAY, 1986, p. 53). Nossa independência foi uma revolução conservadora, pois o Brasil mudava para continuar igual. Tratou-se de uma movimentação do príncipe e de setores da classe dominante para conservar uma grande nação unida, com coesão econômica – recusando o retorno do Brasil a colônia servil de Portugal –, a fim de manter a escravidão e o latifúndio de pé.

Passados 200 anos, esta pátria reflete os mesmos desafios, aprofundados, contudo, por questões políticas, sociais e econômicas próprias de nossa época. Num recuo de cem anos, em 1922 a Semana de Arte Moderna também buscará interpretar o Brasil, a sua *brasilidade*, e avaliar a própria forma como nos vemos enquanto nação. Nesse sentido, nosso olhar é convidado a deter-se na compreensão fantasiosa do sentido de “pátria”. Quando Caetano Veloso canta: “A língua é minha pátria, e eu não tenho pátria, tenho matéria e quero fratria”, apresenta o DNA das lutas populares dos séculos XIX e XX, voltadas para a

construção de outra sociedade, emancipada da escravidão e do latifúndio a partir da fraternidade. É difícil assumir, mas o Brasil nunca teve uma cultura societária que configurasse sua identidade como pátria – afinal, na condição de país de geografia continental, teve sempre profundas dificuldades de se reconhecer, de ver suas belezas e contradições. Este é um traço que a nova geração de jovens identitários vem buscando por meio da comunicação: exprimir um discurso, uma voz e um rosto brasileiros. É bonito gostar de si próprio, da sua cor, dos seus traços, e reconhecer suas lutas. O Brasil, para além desses aspectos, detém uma herança do reconhecimento popular de suas profundas desigualdades, cindindo seus cidadãos entre privilégio e miséria.

Dois aspectos obrigam-nos a fazer um recuo historiográfico para nos reconhecermos melhor. Um primeiro desafio é a leitura essencial da concepção dialética da história, pois, em tempos de avanço do obscurantismo, “jogar luzes” sobre a história é honrar aquilo que Walter Benjamin chamava de “escovar a história a contrapelo”, compreendendo a função de ler a história não a partir da transmissão do vencedor, e sim dos vencidos. O Brasil precisa ainda romper com heróis falsamente criados, movidos verdadeiramente por interesses privados sob a aparência de espírito público. Certamente, necessita ainda contar a histórica heroica de um povo que lutou *em* e *por* Palmares, onde 20 mil negros resistiram por 50 anos, até seu fim em 1694, e em todos os quilombos brasileiros, como o Quilombo da Mola, liderado por Felipa Maria Aranha, no estado do Pará (1750), o Quilombo Confederação de Itapocu, o Quilombo Rio das Mortes e outros tantos.

Os excluídos e excluídas da história (PERROT, 2010) construíram uma historiografia de sangue, memória e rebeldia. É a memória da Conjuração Baiana (1798) e daquelas revoltas posteriores a 1822, como a Balaiada (1830) – ocorrida no Maranhão, reunindo

História do movimento cristão mundial

Volume II: o cristianismo moderno de 1454 a 1800

Dale T. Irvin / Scott W. Sunquist



620 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

O volume II dá continuidade à história do cristianismo. Os autores enfatizam a expressão de formas locais de cristianismo em diversas culturas e o papel da cristandade em ajudar a moldar distintas identidades nacionais.



Aponte a câmera do seu celular e confira a degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br



“É difícil assumir, mas o Brasil nunca teve uma cultura societária que configurasse sua identidade como pátria.”

escravos, pobres, sertanejos, lavradores e camponeses, sob a liderança de Preto Cosme e outros/as tantos/as – e a Revolta dos Malês (1835). Mencionem-se também as revoltas que se seguiram à República, como a das Laranjas (1889), que deveria se chamar “Revolta da Negra Sabina”, a Revolta da Chibata (1910), a primeira greve geral do país (1917) e o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, no Ceará (1936), movimento cujos adeptos foram brutalmente assassinados pelas forças do governo de Getúlio Vargas, tendo seus corpos jogados numa vala comum, crime pelo qual até hoje o Estado brasileiro nunca se responsabilizou. É importante lembrar também a Marcha da Panela Vazia (1953) – greve de 300 mil trabalhadores –, as Ligas Camponesas (1955), a Revolta Estudantil (1956) e a Revolta das Barcas (1959). Além dessas citadas, há mais de cem outras revoltas populares do passado e outros milhares da atualidade que marcam uma história de apagamento e expulsões de povos, robustecendo formações predatórias da economia (SASSEN, 2016).

Um segundo aspecto é a consolidação do projeto civilizatório capitalista, que trouxe, no século XX, a dependência como novo processo colonial (neocolonialismo), no qual o mito do subdesenvolvimento é construído como estágio, e não como condição permanente. O Brasil, como projeto do que nunca seria, fomentou um estilo de consumo e de vida das classes dominantes baseado nos padrões do capitalismo central (a Europa), sem que houvesse um projeto de acumulação de consumo, de elevação da produtividade, de diversificação da oferta e do consumo. Em verdade, tornamo-nos um país de abissais desigualdades. Estabeleceram-se mitos

como o da igualdade racial (FREYRE, 2003) e o do homem branco cordial (HOLANDA, 2011) e, com a entronização do neoliberalismo nos anos 1970 até sua concretização, na redemocratização do Brasil, consolidaram-se o desmonte da sociedade do trabalho, os extrativismos, que abriram enormes crateras de mineração, com seus rejeitos tóxicos, as imensas lavouras de soja, os grandes pastos para gado e uma economia de exportação primária que nos faz refêns do mercado internacional, mostrando a incapacidade dos conglomerados capitalistas de promover uma revolução democrática e uma revolução nacional. O que fizeram, na verdade, foi uma contrarrevolução (PRADO JR.; FERNANDES, 2005) de ordem fiscal, na qual o Brasil do retorno ao mapa da fome briga com o “Brazil” da ordem fiscal, a qual não permite uma renda básica para todos os cidadãos, como afirmou o papa Francisco em discurso aos movimentos populares (FRANCISCO, 2021).

Num momento histórico difícil como o nosso, o primeiro passo a dar é ter a noção de que estamos diante de uma encruzilhada civilizatória. A civilização pode trilhar seu curso focada na globalização financeiro-neoliberal, uma sociedade do cansaço e do fim das perspectivas (HAN, 2015), ou pode seguir um caminho aonde convirjam as inúmeras frentes, articulações e lutas que tenham como centro o resgate da vida por meio de uma *transição socioecológica*.

Para isso, é preciso método. Maneiras de comunicar a conversão que os movimentos populares provocam dentro da história (FT 116) e com eles iniciar a mudança de caminhos. Uma decisão política que supere o velho e o novo paradigma de governança, que estabeleça quem tem o poder de controlar, o poder de

desenvolver, o poder de libertar, o poder de empobrecer, endividar, alienar. É por isso que os movimentos eclesiais e populares criaram as *Semanas Sociais Brasileiras*, com o objetivo de entender o “nó górdio” da organização social no país. A 1ª Semana Social debateu sobre o trabalho (1991), a 2ª sobre a exclusão social e os novos atores sociais emergentes (1993), a 3ª sobre as dívidas (1997), a 4ª sobre a sociedade brasileira (2003) e a 5ª sobre o Estado (2011). A 6ª Semana Social Brasileira assume-se como um “mutirão pela vida, por terra, teto e trabalho”, lembrando o chamado do papa Francisco aos movimentos populares e incentivando uma ação organizada em torno desse programa de ação que convoca o país para construir sua independência real. No Brasil, por meio da *Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara*, e no mundo, organiza-se o *Realmar a economia*, para que, no lugar de uma economia voltada para o mercado, ela seja movida pela solidariedade e pela ecologia integral. Partem daí reflexões e propostas de transição, como a *teoria monetária moderna*, que promove um debate amplo sobre o papel político da economia em restabelecer os parâmetros de dignidade, e não os interesses do cassino do mercado financeiro; os *comuns*, que, no mundo inteiro, vêm radicalizando políticas públicas que impulsionam o uso comum dos bens, a partilha das comunidades, a vivência ecológica e solidária e a perspectiva de desenvolvimento humano integral; o *Green New Deal*, que, em países como os Estados Unidos, vem exigindo grande industrialização verde, com base em novas relações socioecológicas. Transições das quais vamos nos apropriando nesse amplo pacto global proposto pelo papa Francisco, o qual vai ao encontro dos saberes e práticas dos povos dos nossos territórios. Vale destacar que educadores do mundo inteiro se organizam em torno do pacto global educativo, convocado pelo papa Francisco, para fazer a *aldeia que educa* por meio da *cultura do encontro*. A 6ª Semana Social Brasileira, portanto, bebe também dessas duas chaves de reflexão e promove

um mutirão de ação popular, num esforço de síntese: uma ação organizada provocada pela pedagogia do encontro, reunindo forças que converjam para mudanças educativas; um enfrentamento da economia neoliberal por meio de políticas que construam a solidariedade e a ecologia integral, causem uma fissura *no deserto do realismo distópico* e, por fim, possibilitem ao poder popular transformar a realidade, a partir de comunidades cada vez mais autogestionárias.

2. A caminho do mutirão brasileiro de independência: a pedagogia do papa Francisco

Em 5 de julho de 2020, no dia do meio ambiente e em meio à turbulência da pandemia da covid-19, o papa Francisco lançou, por meio das plataformas digitais, a Universidade do Sentido, coordenada pela Fundação Scholas Ocurrentes (“escolas dos encontros”). Ele nos convidava a pensar, diante da crise, com um pouco de loucura (fugir do racionalismo) e um pouco de intuição (sentir). Trouxe três imagens para dialogar conosco: o louco de *A estrada*, de Fellini; *O chamado de Mateus*, de Caravaggio; *O idiota*, de Dostoiévski. O sentido do louco, o chamado de Mateus e a beleza.

As três histórias são histórias de uma crise, e nas três se põe em jogo a responsabilidade humana. Crise significa originalmente ruptura, atalho, abertura, perigo, mas também oportunidade. Quando as raízes necessitam de espaços para continuar crescendo, o vaso se parte [...]. Assim é a vida, cresce e se rompe (FRANCISCO, 2020).

Diante da crise gerada pela pandemia e do aprofundamento do capitalismo, o papa Francisco insiste: “[...] não levantem os punhos para brigar com a cultura, tampouco abaxem os braços em total passividade”, mas “saíam às ruas para escutar os corações”

(SAYAGO, 2019, p. 17). Retomar os sentidos diante da globalização neoliberal, buscar uma *evangelização da sensibilidade*, é tarefa primeira para recompor um corpo místico que seja, no concreto da vida das pessoas, respiro para a retomada de uma Igreja pobre e para os pobres. Desse modo, o desafio evangelizador reside no compreender nosso corpo diante dos corpos coletivos e suas ausências. O neoliberalismo provocou uma desterritorialização, e isso se sente no fato de as pessoas já não pertencerem às lutas populares, às pastorais, às associações de moradores.

O *chamado*, segundo Francisco, é “a abertura para o outro que não sou eu” (FRANCISCO, 2020). A pedagogia, insiste ele, é apontar para a escuta, para a abertura ao outro e para a complexidade, diante de suas escolhas, renúncias e dores. A complexidade de uma sociedade meritocrática, competitiva e consumidora traz-nos à mente o que o teólogo Gustavo Gutiérrez, em meio à discussão sobre a legitimidade da teologia da libertação, dizia:

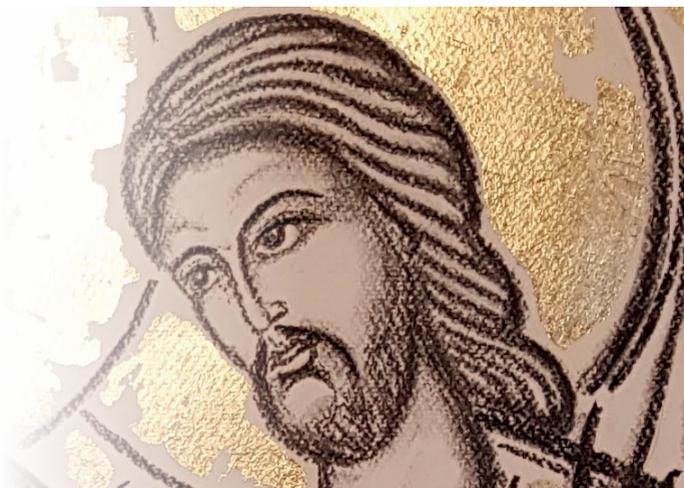
o problema da teologia não é discernir se há ou não enfrentamento de classes sociais. Este é um terreno fundamentalmente sociológico, que a teologia terá de seguir atentamente se quiser estar a par desse esforço. [...] a pergunta é outra: se há luta de classes, como ser cristão, uma vez que esse enfrentamento existe? (GUTIÉRREZ, 2000).

“O desafio evangelizador reside no compreender nosso corpo diante dos corpos coletivos e suas ausências.”

O *chamado* que Francisco insiste em nos fazer é para que as comunidades sejam atravessadas pela realidade; portanto, a prática pastoral deve ser atravessada por um olhar crítico para as estruturas de morte. O centenário Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do oprimido*, já afirmava:

na verdade [...], os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram fora de. Sempre estiveram dentro de. Dentro da estrutura que os transforma em “seres para outro”. Sua solução, pois, não está em “integrar-se”, em “incorporar-se” a esta estrutura que os oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se “seres para si” (FREIRE, 1970, p. 39).

O *chamado* serve para perceber a condição, sem romantismos, romper o imediatismo do consumo e propor a convivialidade (TEIXEIRA, 2006). Em 2017, a paróquia Nossa Senhora do Carmo, em Itaquera, zona leste de São Paulo, a que pertencço e onde sou ministro da Palavra, definiu que a evangelização da crisma passaria a ter quatro momentos, nos quais os jovens conviveriam com pessoas sem-teto do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), com o povo caimbé da terra indígena de Guarulhos, com a população em situação de rua do centro de São Paulo, junto ao padre Júlio Lancellotti, e com membros de um terreiro de umbanda da região, Ilé Asé Maroketú Ogún e Osóssi. Metodologicamente, seria um café da manhã



em mutirão, no qual se viveria, por meio da comensalidade, o “mistério eucarístico” do encontro com o outro. *Chamado*.

A segunda dimensão de Francisco é o *sentido*. O papa acredita muito na sensibilidade da intuição. Mover-se pelo mundo novo que não se conhece e se aproximar dele. Todos temos sentidos, todos temos escolhas e com elas devemos nos mover, criar o que há de vivo na dimensão comunitária, na dimensão da partilha. Francisco (2020) afirma: “Todos temos algo que dar. Todos temos algo que receber”. É importante que não haja vida sem sentido, risco presente onde o consumo coloca todos na redoma da sociedade do desempenho (HAN, 2015, p. 126).

Por fim, a *beleza*. Cuidadosamente vamos cuidando da criação, com a pedra de cada um edificando a cultura do encontro, como afirma Francisco: “Não se pode educar sem induzir à beleza, ao coração. Uma educação não é exitosa se não sabe criar poetas” (SAYAGO, 2019). O papa Francisco insiste, na encíclica *Fratelli Tutti*, que a visão econômica fechada e monocromática do mundo acaba por banir o povo da sociedade e definir que o que vale é o mercado. O povo, muito pelo contrário, gesta as origens da mudança, pois nele os corações se tocam e constroem solidariedade.

Neste sentido, são “poetas sociais” que à sua maneira trabalham, propõem, promovem e libertam. Com eles, será possível um desenvolvimento humano integral, que implica superar “a ideia das políticas sociais concebidas como uma política *para* os pobres, mas nunca *com* os pobres, nunca *dos* pobres, e muito menos inserida num projeto que reúna os povos” (FT 169).

Essa síntese metodológica de Francisco deve provocar uma conversão da ação popular no Brasil, levando a uma pedagogia do encontro e a práticas cada vez mais colaborativas de organização popular.

A morte social: mistanásia e bioética

Luiz Antonio Lopes Ricci



96 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

O livro estuda um novo conceito de bioética ligado ao final da vida – a mistanásia (morte miserável, infeliz, precoce e evitável) – na perspectiva de uma bioética social, cotidiana, crítica, latino-americana, integrativa e vivencial.



Aponte a câmera do seu celular e confira a degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br



“A mística do girassol, como símbolo da Semana Social Brasileira, historicamente quer mostrar que é preciso nutrir a esperança organizada.”

3. Fazer mutirão por outra economia, democracia e soberania

A 6ª Semana Social Brasileira apresenta os eixos que fazem nosso povo possuir terra, teto e trabalho. Foi com base na praxiologia, presente no diagnóstico e na formação em mutirão dos movimentos sociais, que se descobriu o golpe sobre as nações, sobretudo as mais pobres, traduzido na criação de um sistema de governo que usa a roupagem da democracia, nos assalta a reação em defesa da soberania e constrói nova ordem econômica. O neoliberalismo é, hoje, o único sistema político, econômico, social e cultural hegemônico em todas as sociedades. Segundo os sociólogos Christian Laval e Pierre Dardot, no seminal *A nova razão do mundo – ensaios sobre a sociedade neoliberal*, o capitalismo, neste estágio do tempo, é também uma subjetivação. Tratamos de pessoas desumanizadas e tornadas sujeitos-empresas: “Cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 371). O sujeito empreendedor de si mesmo faz de sua vida uma gestão, como uma empresa. É um dos nós da ideologia neoliberal presente em nossas comunidades que deve ser combatido na chave da solidariedade e da ecologia integral, dimensões insuportáveis para um sistema que produz apenas o homem-empresa e a meritocracia.

O neoliberalismo hegemônico na sociedade possui uma essência antissocial porque é operado pela financeirização. O capital liberal ainda pensava no bem-estar dos seus trabalhadores (*welfare state*), mesmo com a matriz de exploração intacta; já o capital financeiro produz riqueza com base no dinheiro, e não nas pessoas. Portanto, uma lógica se impõe sobre nossos ombros: a financeirização é, acima de tudo, a especulação. Papéis (títulos = dinheiro) empurram outros papéis para privilegiar interesses, privatizar espaços públicos, promover gentrificações e favorecer negócios.

O problema central da economia capitalista neoliberal financeirizada é seu cerco ao bem comum. A acumulação por despossessão (HARVEY, 2016, p. 267) ocorre mediante duplo movimento: os mercados estimulam a precarização de políticas públicas por meio de privatizações e, em seguida, pedem a desoneração de impostos para fazerem negócios em áreas precarizadas que se tornaram interessantes aos negócios. Porém, do mesmo jeito que é fundamental, para o capital, o controle do espaço e a submissão deste à lógica da acumulação, movimentos como o MTST e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), na força de mutirão, ocupam segundo outra lógica, cujo elemento central é o valor de uso, e não o valor de troca; fazem despontar novo elemento: a economia pela solidariedade, e não pelo sistema financeiro; têm como elemento central a produção e a proteção da vida, e não o lucro e os juros. Cada espaço de mutirão é, concretamente, um limite para a expansão do capital. Essas existências não mercantilizadas são resistências e projetos populares. E o capital não pode encontrar limite, do contrário lhe sobrevém a crise. Está aqui a raiz da insurreição: o mutirão.

Três elementos são centrais na democracia de baixa intensidade em que vivemos: 1) a influência do poder econômico nos processos decisórios (processos eleitorais, partidos, políticas públicas, decisões de Estado, tanto no executivo quanto no legislativo e no judiciário etc.); 2) a sub-representação de vários segmentos nos espaços de poder (periferias, mulheres, negras e negros, povos tradicionais, juventudes, camponeses/as, LGBTI+, trabalhadores/as em geral); 3) a ausência do povo nos processos decisórios (democracia formal, mas sem participação popular). Eis a identidade da luta: o mutirão traz um corpo místico de afeto e de solidariedade. A democracia brasileira, hoje, é feita para a manutenção da burocracia interna

das classes dominantes; romper essa lógica é introduzir uma novidade. Afeto, na política, faz-se deslocando o Estado para os territórios, fomentando escolas, centros culturais, associações etc., para participação direta na democracia, e fazendo as forças populares convergir para os duros embates com a burocracia do mercado. Afinal, a mística do girassol, como símbolo da Semana Social Brasileira, historicamente quer mostrar que é preciso nutrir a esperança organizada.

A soberania é uma escolha que envolve reconhecer a cidadania planetária. Aqui em nossa terra, há quem confunda soberania com o bordão “Brasil acima de todos” – um exemplo da soberba de querer ser diferente e maior do que outros povos (STÉDILE, 2020, p. 7). Povos e culturas devem estar acima dos negócios e dos interesses neoliberais do mercado, contrariamente ao que houve quando se instalou no país uma política mitigante, de compensação social, mas não de mudança da estrutura política e econômica. O assistencialismo ganha força, assim como o manejo do orçamento público segundo a lógica clientelista. O mutirão propugna pela governança territorial. O papa Francisco, ao convidar os jovens do mundo inteiro a iniciar o processo da Economia de Francisco e Clara, insistiu em dizer que é preciso *realmar a economia*, e seu chamado se deu ao mostrar a vocação de um lugar: Assis. Portanto, é necessário *realmar* a partir da vocação dos nossos lugares, vilas, ruas, bairros, comunidades, condomínios, voltados para relações com a alma. Reside aqui a esperança do mutirão.

4. O método da 6ª Semana Social Brasileira: mutirão pela vida

[...] a Semana Social Brasileira se apresenta como um espaço privilegiado para o cultivo comunitário da espiritualidade através dos debates, dos momentos

“Reconhecer a história das periferias, que tem familiaridade com a gratuidade e a coletividade, pode dar vida a novas economias.”



celebrativos com elementos lúdicos das regiões brasileiras e da cultura popular. A valorização do símbolo, que nas semanas sociais está representada com o girassol, remete ao significado desta flor, que na cultura popular significa felicidade, trazendo em suas cores a marca da vitalidade, do calor, do sol e sua energia que nasce para todas as pessoas, para todos os seres vivos, refletindo a energia positiva necessária para a construção das lutas cotidianas e para as grandes transformações estruturais necessárias para a sociedade do Bem Viver (Portal da 6ª Semana Social Brasileira: <https://ssb.org.br/>).

Devolver aos brasileiros e brasileiras o dever da esperança é a disposição da espiritualidade que vive nos territórios e nos povos tradicionais e se manifesta como projeto coletivo. A solidariedade atravessada por uma espiritualidade que bebe dos vasos constituintes dos territórios (memória eucarística e compromisso) está mais próxima não da vitória líquida e certa, mas sim da queda de Cristo, na terceira estação da *via crucis*. A queda é também ato de amor e se revela pela fragilidade, como sinal de contradição diante do discurso vencedor dos fundamentalismos que segregam nossas comunidades.

O mutirão traz essa dimensão do amor como ferramenta revolucionária. É uma política de afeto que irrompe no dia a dia pela pedagogia da presença, do engajamento e do envolvimento. Retoma os sentidos perdidos em meio à tempestade neoliberal e provoca o sentido maior: o encontro com Deus no empobrecido e na terra. Afinal, estes três

lugares – Deus, a terra e o pobre – suscitam a germinação de novas relações, de novas economias, de outra lógica de poder, numa verdadeira autoafirmação da identidade. O mutirão educa para o encontro com a diversidade, fomenta a partilha da economia e do poder, alarga a vida como encontro transformador com o sagrado pela dignidade da terra e dos irmãos e irmãs.

O sociólogo Tiaraju Pablo D’Andrea (2021) afirma que a periferia sempre lutou contra a invisibilidade. Periferia é espaço das políticas do *descontínuo*, do *incompleto* e do *improvisado*; é um território-outro do pensamento hegemônico e, antes da consciência ou da identidade, é uma condição, pois realiza uma responsabilidade compartilhada. As periferias são potências econômicas, e é nelas que o neoliberalismo 4.0 quer investir, com o empreendedorismo e a meritocracia. É necessário um movimento a favor da solidariedade revolucionária que já não permita a ação do neoliberalismo contra nosso povo. Reconhecer a história das periferias, que tem familiaridade com a gratuidade e a coletividade, pode dar vida a novas economias, como o movimento social de economias solidárias, redes de bancos comunitários, economia ecológica, redes de orçamento participativo etc., criando novas tessituras de finanças. As finanças solidárias imprimem uma dinâmica capaz de libertar do império da financeirização do mercado.

O que está em risco é a vida de milhões de pessoas. Por conseguinte, é urgente mobilizar e articular as forças sociais, conjugando-as para uma evangelização da sensibilidade, a qual Francisco nos propõe com a beleza,

o chamado, o sentido e a força de um projeto popular resumido no tema: “O Brasil que queremos: o bem viver dos povos”. Ser sensível ao outro é um ato revolucionário em um mundo insensibilizado, violento e deprimido, e a sensibilidade é um caminho honesto para o Brasil real das periferias, pois nutre a hospitalidade, a fraternidade, a amabilidade e o cuidado como *práxis da vida cotidiana*. Por isso um mutirão constituído por nova forma de envolver as pessoas, por novos espaços de compartilhamento da justiça e da solidariedade, à luz da chave do *sentir-pensar*, que conecta o saber dos camponeses ao saber dos periféricos, os sempre considerados atrasados. Duzentos anos depois, o Brasil continua dizendo que sua independência se constrói por outros caminhos e seguirá fazendo novos pactos sociais, econômicos e educativos, como pegada humanista de novos processos civilizatórios possíveis. **VP**

Referências bibliográficas

- BIBLIOTECA da 6ª Semana Social Brasileira. Disponível em: <https://ssb.org.br/biblioteca/>. Acesso em: 11 fev. 2022.
- D’ANDREA, Tiaraju Pablo. *40 ideias de periferia: história, conjuntura e pós-pandemia*. São Paulo: Dandara, 2021.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FRANCISCO, Papa. *Discurso para lançamento da Universidade do Sentido*. 12 jun. 2020. Disponível em: <https://www.scholasoccurrentes.org/universidaddelsentido/>. Acesso em: 11 fev. 2022.
- FRANCISCO, Papa. *Fratelli Tutti: Carta Encíclica sobre a fraternidade e a amizade social (FT)*, 3 out. 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 11 fev. 2022.
- FREIRE, Paulo. *A pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. São Paulo: Global Editora, 2003.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *A verdade vos libertará*. São Paulo: Loyola, 2000.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MACAULAY, Neill. *Dom Pedro I: a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal 1798-1834*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- PRADO JR., Caio; FERNANDES, Florestan. *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- SAYAGO, Óscar Armando Perez (org.). *O projeto educativo de Francisco*. Curitiba: PUCPRESS, 2019.
- STÉDILE, João Pedro. Soberania nacional e popular. In: MUTIRÃO por soberania: autonomia democrática e desenvolvimento territorial. Brasília: 6ª Semana Social Brasileira, 2020. Caderno 3. (Mutirão de Formação).
- TEIXEIRA, Faustino. O desafio de acessar a dimensão de profundidade do cristianismo. *IHU On-Line*, São Leopoldo, n. 209, 18 dez. 2006. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/687-faustino-teixeira-1>. Acesso em: 11 fev. 2022.

ROTEIROS HOMILÉTICOS

Izabel Patuzzo*



Acesse também o programa Palavra Viva pelo QR code ao lado.

Cada um dos roteiros está acompanhado de códigos QR   que remetem para as plataformas digitais de músicas  Spotify e  YouTube Music e trazem sugestões de cantos para a respectiva celebração. Esses cantos também podem ser escutados – mediante a busca pelo nome dos respectivos CDs – no próprio *site* da Paulus (paulus.com.br), o qual disponibiliza as partituras.

SOLENIIDADE DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO, APÓSTOLOS

3 de julho



Dois testemunhos de fidelidade à fé cristã

I. INTRODUÇÃO GERAL

A liturgia deste domingo nos convida a refletir sobre duas testemunhas fiéis à missão apostólica de anunciar Jesus Cristo ao mundo: Pedro e Paulo. Ambos foram chamados por Jesus Cristo para serem anunciadores da Palavra em contextos específicos. Pedro encontrou-se com o Senhor à beira do mar da Galileia, e Paulo, no caminho de Damasco. Tiveram pouco tempo de convivência entre si, mas compartilharam a mesma fé e a mesma missão, embora em realidades diferentes. Pedro cuidou pastoralmente da Igreja-mãe, e Paulo se dedicou ao anúncio de Jesus Cristo aos gentios.

A primeira leitura nos mostra os desafios da missão da Igreja primitiva e como Pedro assume seu ministério em uma realidade de

hostilidade e perseguição. Deus sempre cuida de seus eleitos em todas as circunstâncias. A ação divina se revela em favor de Pedro; o apóstolo é o protagonista da leitura. O autor do livro dos Atos dos Apóstolos mostra a solicitude de Deus pela sua Igreja e por seus servidores que testemunham sua fidelidade na alegria não só quando são acolhidos, mas também quando sofrem rejeição.

A segunda leitura é retirada da carta de Paulo ao seu irmão na fé, Timóteo. É escrita em forma de testamento, como se Paulo estivesse fazendo um balanço final de sua vida apostólica. A carta recorda o chamado de Paulo e sua resposta generosa ao Senhor, que foi para a vida inteira. Ele foi fiel à sua vocação, aceitando todas as consequências de seu sim no caminho de Damasco. Essa leitura é comovente e, ao mesmo tempo, questionante, pois nos convida a percorrer, com entusiasmo e perseverança, nossa vocação de discípulos missionários, a viver de forma radical nosso batismo.

O Evangelho nos mostra Jesus atuando nas periferias da Galileia, perto do rio Jordão, em Cesareia de Filipe, cidade construída por Herodes em honra ao imperador César Augusto. O texto nos exorta a seguir Jesus, o Messias, Filho de Deus. Diante dos questionamentos da época acerca de que autoridade

*Ir. Izabel Patuzzo pertence à Congregação Missionárias da Imaculada – PIME. Mestre em Aconselhamento Social pela South Australian University e em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É licenciada em Filosofia e Teologia pela Faculdade Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo. E-mail: isabellapatuzzo@hotmail.com

seguir, de quem é que daria segurança ao povo, Pedro tem clareza profunda de que somente Jesus pode apontar caminhos de vida. Somente ele tem a capacidade de organizar ao redor de si uma comunidade de fé, formada por discípulos que vivem a fraternidade e a solidariedade e estão abertos para acolher a salvação que Jesus oferece a todos.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (At 12,1-11)

No texto proposto para a primeira leitura deste domingo, o evangelista Lucas narra a dupla hostilidade e perseguição à Igreja: da parte do rei Herodes Agripa I, neto do famoso rei Herodes, o Grande, e da parte das autoridades judaicas. Herodes era fiel às autoridades romanas, que, em reconhecimento, lhe ofereceram antigos territórios confiados aos seus antecessores (Itureia, Traconítide, Baneia, Gaulanítide e Auranítide). A retirada ou concessão de governo sobre as regiões dependiam da fidelidade ao imperador.

Como autoridade política, Herodes procura conciliar as pazes com autoridades romanas e judaicas. Por isso, diante das hostilidades dos judeus contra os cristãos, permite a perseguição a estes, considerados uma seita ilícita por parte das autoridades judaicas. O martírio de Tiago provavelmente se deu por esse motivo. A perseguição atingiu todos os membros da comunidade assistida por Pedro, incluindo Jerusalém. É nesse contexto que Pedro foi preso e, posteriormente, liberto de forma milagrosa. A comunidade permaneceu unida em oração pelos seus membros perseguidos.

O livro dos Atos dos Apóstolos nos relata os caminhos da expansão da Igreja em tempos difíceis, ressaltando a atuação da graça de Deus em seus membros e como perseveraram no testemunho. Deus não abandona seus escolhidos à própria sorte. No entanto, a ação evangelizadora da Igreja em favor da vida gera confronto com as

forças de opressão e de morte. Essa realidade não deve surpreender a comunidade de fé, pois foi a causa que levou Jesus à morte. A missão dos discípulos é a mesma do Mestre.

Permanecendo unida em oração, a comunidade se faz presente na missão de Pedro. A maravilhosa libertação do apóstolo da prisão mostra a presença efetiva de Deus na caminhada da Igreja. O projeto de salvação divina não é interrompido pelas autoridades deste mundo. O discipulado instituído por Jesus não se fecha sobre si mesmo; fiel aos ensinamentos do Mestre, organiza-se como comunidade fraterna, unida e comprometida com a transformação do mundo, testemunhando a fé com palavras e obras.

2. II leitura (2Tm 4,6-8.17-18)

O autor da carta dirigida a Timóteo se apresenta como Paulo, prisioneiro em Roma. Talvez tenha sido escrita por uma pessoa que auxiliava o apóstolo. Timóteo era um cristão nascido na cidade de Listra, pertencente à província romana da Ásia Menor. Seu pai era de origem grega e sua mãe, de origem judaico-cristã. Ele se encontrou com Paulo durante sua atividade missionária e, a partir daí, tornou-se seu companheiro inseparável de missão. Segundo a tradição, Paulo confiou-lhe o cuidado pastoral de comunidades cristãs muito importantes, entre as quais a comunidade de Éfeso.

A carta retrata a realidade eclesial em que as perseguições eram debatidas na comunidade. Essa situação afetava o ânimo de muitos membros, que perdiam o entusiasmo diante das perseguições, adversidades e incompreensões das autoridades. Ao recordar a figura de Paulo, o autor da carta quer encorajar a todos a perseverar no testemunho. Eles receberam a fé desse apóstolo, que gastou sua vida pelo Evangelho. Ele lutou até o fim, apesar das inúmeras injúrias e rejeições que sofreu. Por amor a Jesus Cristo e sua Palavra, considerou tudo como perda.

Como se fosse Paulo em pessoa falando, o texto, apesar de desenvolver-se em forma de lamento e desilusão, expondo o cansaço de alguém abandonado pelos irmãos que esmoreceram na fé, também expressa seu louvor. Esta é a atitude final da carta: reconhecer que Deus age por meio dos sacrifícios a ele oferecidos. E é isto que o autor pede à comunidade, apesar do desânimo, do sofrimento, da tribulação: que possa descobrir a presença de Deus e confiar na sua ação.

3. Evangelho (Mt 16,13-19)

O texto do Evangelho apresenta duas partes importantes: a primeira situa a atuação de Jesus em determinado contexto histórico e geográfico, centrando-se na sua identidade; a segunda tem um caráter mais eclesial, centrando-se na Igreja, particularmente na figura de Pedro. A passagem une a pergunta de Jesus e a resposta de Pedro, revelando que Jesus é, de fato, o Messias. Ele atravessa a região de Cesareia de Filipe, localizada ao norte da Galileia, uma região pagã. Esse episódio ocupa lugar central no Evangelho segundo Mateus, uma vez que, com ele, o relato começa a indicar que Jesus passará por morte de cruz. A oposição das autoridades judaicas à sua atuação já é cheia de intolerância.

A primeira pergunta de Jesus refere-se ao consenso popular acerca de sua identidade. A resposta dos discípulos indica que há especulações sobre expectativas messiânicas a seu respeito. O próprio Herodes Antipas havia identificado Jesus como novo João Batista. Outros o identificam como um profeta que voltou, como Elias ou Jeremias, pois não entenderam que ele é alguém que, em suas palavras e ensinamentos, supera todas as figuras importantes do Antigo Testamento.

A segunda pergunta é dirigida ao grupo dos discípulos, e Pedro toma a palavra, confessando que Jesus é mais que um profeta:

é o Messias que esperavam. A resposta de Jesus a Pedro é uma bem-aventurança, pois, em meio à confusão popular, o apóstolo não tem dúvidas a respeito da identidade de Jesus. Devido à sua clareza de fé, Jesus constitui Pedro uma autoridade na Igreja. No entanto, a resposta do apóstolo não vem de uma sabedoria pessoal, mas por revelação divina.

Diante da confissão de Pedro, que o proclama Messias em nome da comunidade, Jesus lhe entrega nova missão. Confia-lhe um papel de liderança em relação aos demais: tal responsabilidade consiste em cuidar da Igreja, o que não é privilégio, mas tarefa. Jesus promete que o mal não irá triunfar sobre a comunidade de fé. Segundo o relato de Mateus, Pedro é modelo de discípulo; nele está representada a comunidade que segue Jesus e o proclama Senhor e Messias. Nela Pedro foi figura muito lembrada, pelo seu testemunho de fé cristã. Ele foi aquele que também se pôs à frente nos momentos de hostilidade e perseguição, encorajando os irmãos e irmãs a perseverar.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

As leituras propostas para esta solenidade nos recordam que, no início de nossa Igreja, houve pessoas que assumiram papéis importantes no testemunho de Jesus Cristo, por isso seus nomes foram registrados na história. Pedro e Paulo foram modelos de fé para os primeiros cristãos. Nossa história sugere também que a perseverança na comunhão e na oração fortalece a comunidade para resistir a muitos sofrimentos, adversidades, rejeições e perseguições. Pedro e Paulo não agiram sozinhos, mas tiveram comunidades que os apoiaram de muitas formas e foram solidárias a eles. O agir cristão supõe um agir eclesial, uma vez que não somos indivíduos isolados, mas pertencemos a uma comunidade de fé. Por isso nosso agir é sempre eclesial.

Também nós somos questionados hoje a responder: quem é Jesus para nós? Quem ele é para a multidão comum? Somos capazes de dar uma resposta diferente da maioria das pessoas que vivem fora da comunidade de fé?

Para muitos de seu tempo, Jesus era apenas um homem bom e generoso que foi sensível aos sofrimentos de seus contemporâneos. Outros o consideravam um mestre que ensinava com sabedoria, mas não conseguiram ver nele o Messias, Filho de Deus. Somos convidados a ir além em nossa resposta de fé. Para nós, seus discípulos e discipulas, ele é o Senhor que transformou nossa vida. O que é ser Igreja? Comunidade do Senhor? Que lugar ele ocupa em nossa caminhada de fé? A comunidade dos discípulos de Jesus é chamada a se organizar e estruturar para desempenhar um papel de autoridade a serviço da vida, a exemplo de Jesus, o Messias, Filho de Deus. Sobretudo, é uma autoridade que deve procurar discernir, em cada momento, as propostas de Cristo e a interpelação que ele lança aos discípulos e a todas as pessoas.

15º DOMINGO DO TEMPO COMUM
10 de julho



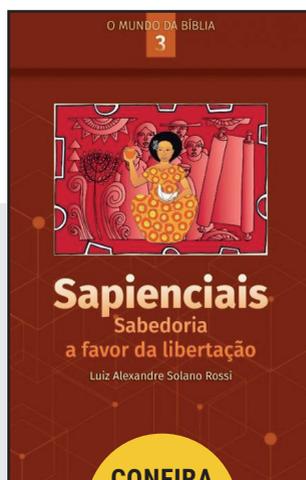
O mandamento do amor: caminho de vida eterna

I. INTRODUÇÃO GERAL

As leituras propostas para este domingo nos trazem uma questão importante para nossa vida de batizados: pautar nosso caminho para a vida eterna, fundamentando-o nas diretivas divinas. É no amor a Deus e aos irmãos que encontramos a vida plena. O bom caminho, o que convém ao cristão e é digno desse nome, resume-se

Sapienciais: sabedoria a favor da libertação

Luiz Alexandre Solano Rossi



80 págs.

Ilustrações: Inocente

CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK

Os livros sapienciais da Bíblia representam a expressão do pensamento do povo de Deus no cotidiano. A partir do dia a dia, o pensamento se verbaliza, se organiza e a vontade de Deus se dá a conhecer, com o objetivo de que a vida sempre melhore.



Aponte a câmera do seu celular e confira a degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br

no mandamento principal, que não é algo inatingível para nós, como o demonstram os exemplos bem concretos apresentados nas leituras.

Na primeira leitura, Moisés se dirige à assembleia do povo de Deus reunida, convidando cada pessoa a amar a Deus de todo o coração, acolhendo os mandamentos, as regras fundamentais para uma boa convivência social, fraterna e em comunhão com Deus.

A segunda leitura, retirada da carta aos Colossenses, apresenta um hino à pessoa de Jesus Cristo. Paulo faz verdadeira catequese sobre a identidade de Cristo. Jesus é modelo de perfeição que deve nos inspirar. Ele é nossa referência fundamental. Provavelmente era um hino muito usado na liturgia, o qual ajudava a comunidade a manter na memória características muito importantes da pessoa de Jesus para tê-lo como modelo.

No Evangelho, Jesus continua sua caminhada em direção a Jerusalém. Nesse caminho, ele é confrontado por muitas pessoas, e, no texto de hoje, narrado por Lucas, um doutor da Lei interroga-o sobre qual seria o maior dos mandamentos. Diferentemente de Marcos e de Mateus, nos quais Jesus responde com uma citação do Deuteronômio, enunciando os mandamentos, em Lucas ele responde com outra pergunta – “O que está escrito na Lei?” –, impelindo seu interlocutor a fazer uma memória da Lei. Após este responder corretamente, Jesus lhe lança o desafio da aplicabilidade do mandamento.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Dt 30,10-14)

O livro do Deuteronômio consiste em longa catequese dos sábios judeus, que reinterpretaram as Escrituras em novos contextos e situações bem diferentes no decurso dos séculos. É fruto de longa

experiência de fé, dentro e fora da Palestina. Os mestres sábios estavam sempre preocupados em lembrar a todos os membros da comunidade dos israelitas os compromissos assumidos desde o tempo do deserto, quando Moisés intercedia pelo povo junto a Deus.

O autor deuteronomista narra vários discursos de Moisés dirigidos à comunidade dos fiéis. O texto proposto nesta leitura é parte final do terceiro discurso de Moisés. Trata-se de verdadeira homilia dos sábios teólogos, que estão à frente das comunidades dispersas durante o exílio da Babilônia. Essa passagem alerta os fiéis para as consequências da fidelidade ou infidelidade aos compromissos assumidos outrora diante de Deus. Moisés faz um convite a todos para que deem adesão de coração ao que Deus propõe por meio dos mandamentos.

Nessa catequese, os deuteronomistas fazem os exilados refletir sobre como encontrar o caminho da vida plena que o Senhor Deus oferece. Para isso, basta olhar para nosso coração e nossa consciência, pois é aí que Deus fala; é também aí que escutamos suas propostas e indicações. Resta-nos estar disponíveis para escutar e perceber os apelos divinos e para buscar respostas, nos momentos de dificuldade, acerca de como orientar nossa vida segundo suas diretivas.

2. II leitura (Cl 1,15-20)

A comunidade dos colossenses foi fundada por Paulo e Epafras, seu discípulo. Situada na Ásia Menor, foi visitada pelo apóstolo durante suas viagens missionárias. Epafras era um discípulo dessa comunidade e era assistido por Paulo a distância. A carta aos Colossenses foi escrita provavelmente durante o período em que Paulo estava preso em Roma, por volta dos anos 61-63 d.C., após receber a visita de Epafras, que,

preocupado com o sincretismo religioso na comunidade, se dirige ao apóstolo para pedir orientações.

Havia alguns líderes religiosos locais que misturavam elementos das crenças da tradição helênica com o cristianismo. Ensinavam certas práticas ascéticas, ritos de outras origens religiosas e até mesmo do judaísmo, observâncias de certas festas religiosas e especulações acerca de outras doutrinas que conflitavam com o Evangelho pregado por Paulo. Por isso, nesse hino de louvor a Jesus Cristo, Paulo desmonta essa confusão doutrinal, pois a salvação vem por Jesus Cristo. Ele é o centro de nossa fé. Só ele basta para alcançarmos a salvação. É possível que esse hino tenha feito parte da liturgia cristã primitiva, a qual o apóstolo resgata no conteúdo dessa carta. Esse hino cristão, de inspiração sapiencial, celebra a supremacia absoluta de Jesus Cristo na redenção da humanidade.

3. Evangelho (Lc 10,25-37)

O episódio narrado por Lucas neste domingo ocorre no início da última subida de Jesus para Jerusalém com seus discípulos. Jesus tinha acabado de dizer-lhes que Deus revela sua sabedoria aos simples, ocultando essas coisas aos sábios e entendidos deste mundo. E agora um representante dos juristas aparece para pô-lo à prova. Mateus e Marcos narram esse episódio com alguns detalhes diferentes. Somente Lucas destaca que é um jurista que faz a pergunta a Jesus, e somente nesse Evangelho se estabelece uma conexão entre o diálogo do jurista e a parábola do bom samaritano.

Ao ser colocado à prova, Jesus conduz o legista a encontrar a resposta à sua pergunta nas próprias Escrituras, o que ele faz com exatidão, citando o texto do Deuteronômio, o *Shemá*. Jesus conclui a questão com um dito enfático: “Faze isso e terás a vida eterna”. Seu complemento

é uma declaração solene de como podemos chegar à vida eterna. Jesus é incisivo, não deixa margens para a dúvida, pois a resposta do jurista é uma citação. Portanto, Jesus evidencia que o seu ensinamento se fundamenta nas tradições do Antigo Testamento, que eram essenciais para qualquer israelita. Diante da segunda pergunta do legista, Jesus responde com a parábola do bom samaritano.

Essa parábola narrada por Jesus marca a segunda parte do episódio. Jesus a situa na estrada de Jericó, que fica a uns 30 quilômetros de Jerusalém. Naquele tempo, era um caminho considerado perigoso, com frequentes assaltos. O personagem é um desconhecido, do qual Jesus dá poucos detalhes. É apenas um homem ferido por salteadores, deixado à beira do caminho quase morto.

Na parábola, Jesus retrata o comportamento próprio do cristão. É um exemplo que ele põe diante de nós. Essa analogia é para ser posta em prática. Os recursos narrativos para construir a trama bem como a caracterização dos personagens têm como único objetivo levar os ouvintes a praticar o que se descreve na parábola. O bom samaritano age movido por profunda compaixão. Ninguém estava ali para aplaudir sua atitude, nem mesmo o ferido à beira da estrada – porque, ao que parece, estava inconsciente. Próximo é todo aquele que encontramos pelo caminho e que necessita de nossa compaixão, de nosso cuidado, independentemente de sua origem étnica ou religiosa. É alguém que depende de nós para ter vida digna.

A dupla pergunta do jurista é transformada em dupla resposta de amor, como norma de conduta para os discípulos. O amor a Deus não pode ser perfeito se falta o amor ao próximo. O bom samaritano passou por cima dos regulamentos de impureza estritamente observados pelos sacerdotes e levitas de seu tempo, os quais,

porém, muitas vezes eram rituais vazios de compaixão. A compaixão do protagonista da parábola constitui um exemplo bem preciso do que devemos fazer para herdar a vida eterna e se torna um paradigma no caminho do discipulado. A pedagogia de Jesus tem por fim ajudar o jurista e sua audiência a responder a perguntas fundamentais: Que te parece? Quem se fez próximo? Ele não dá a resposta, mas, diante da resposta que recebe, põe as exigências: “Vai tu e faze o mesmo”.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A primeira leitura nos faz um convite para aderir de todo o coração às propostas de Deus, levando-nos a questionar a qualidade de nossa adesão. Nosso compromisso com o Senhor e com nossa comunidade de fé tem de ser radical, não podemos apenas querer acomodar todos os nossos interesses pessoais em primeiro lugar. Pode ocorrer que nossos projetos pessoais abafem ou neutralizem a voz de Deus e nos impeçam de escutar sua proposta. Até que ponto estou disponível para acolher e pôr em prática os preceitos que Deus propõe?

A pergunta do mestre da Lei é típica dos doutores: muito acadêmica. Ele desejava uma resposta com clareza doutrinal. Jesus leva-o a refletir a partir do coração, e não da racionalidade. Trata-se de pôr o amor no centro de nossa ação. Sua resposta nos faz refletir que Deus deve ser o centro de nossa vida, e o amor aos outros vem naturalmente, como consequência. Trata-se, portanto, de fazer que o amor percorra as coordenadas fundamentais de nossa existência, traduzindo-se em obras concretas que transformem também a vida das pessoas que precisam de nós. O amor deixa suas marcas positivas, tanto em nossa vida como na daqueles que nos rodeiam. Permito que minha vida seja pautada por ações que me encaminham para a vida plena com Deus e com os irmãos e irmãs?



A escuta da Palavra do Senhor conduz ao acolhimento e à hospitalidade

I. INTRODUÇÃO GERAL

As leituras propostas para este domingo nos convidam à hospitalidade e ao acolhimento. A primeira leitura, retirada do livro do Gênesis, descreve-nos como Abraão e Sara acolhem estrangeiros em sua casa. Os hóspedes se tornam grande bênção para a família, pois, no final, Abraão e Sara recebem a feliz notícia: terão o filho esperado. O patriarca Abraão e a matriarca Sara se tornam modelos de pessoas atentas a quem passa e precisa ser acolhido como irmão, como um membro da família. O hóspede se torna um dom, pois Deus não deixa de recompensar quem acolhe o outro com amor.

A segunda leitura nos apresenta outro aspecto da hospitalidade: Paulo recorda a necessidade de receber os outros e os sofrimentos que nos advêm como consequência de nossa opção por Jesus Cristo. Dessa forma, completamos em nós as aflições do próprio Cristo. Construir nossa comunhão com Cristo nos leva à comunhão com as pessoas que nos rodeiam e com nossa comunidade de fé.

No Evangelho, contemplamos o acolhimento de Jesus por parte de Marta e Maria. No diálogo com as duas irmãs, Jesus nos ensina que o agir cristão não deve se configurar como um ativismo excessivo, mas é preciso dedicar tempo para sentar aos pés do Mestre, escutar sua Palavra, sua orientação, acolhendo tudo o que ele nos sugere. A ação

deve brotar da escuta ao que ele nos diz; do contrário, o agir desenfreado pode nos levar à frustração de Marta. Para o cristão, ouvir a Deus e executar suas obras supõe um equilíbrio, a fim de que nosso fazer não seja apenas desenvolver uma série de ações que nós mesmos achamos indispensáveis.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

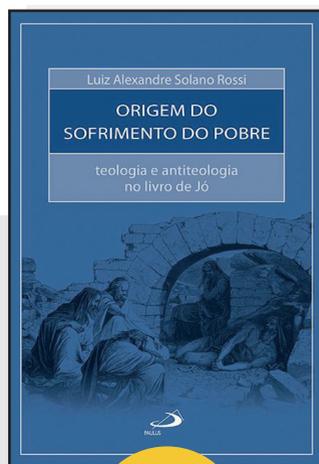
1. I leitura (Gn 18,1-10a)

A primeira leitura nos conta como Abraão e Sara, em sua bondade, recebem em sua tenda três estrangeiros que passavam perto de sua morada. É um texto provavelmente muito antigo, inspirado em um conto cananeu sobre um homem que havia recebido três divindades perto do santuário de Mambré. Como recompensa por ter acolhido bem os deuses que vieram visitá-lo, foi recompensado com um filho. Essa lenda conhecida foi posteriormente aplicada a Abraão e Sara, em resposta à sua fidelidade ao Senhor Deus.

A catequese dos autores, que retomam uma lenda antiga, atualizando-a e aplicando-a aos antepassados israelitas, é recordar Abraão e Sara como modelos de vida e de fé. Os três estrangeiros são recebidos com todas as honrarias e cuidados que um israelita poderia oferecer. Além de oferecer-lhes água e lavar-lhes os pés, o casal prepara-lhes um banquete com tudo o que possuíam. Assim, o patriarca e a matriarca são lembrados pelos seus descendentes como pessoas bondosas, acolhedoras, íntegras, humanas, atentas às necessidades dos peregrinos em viagem. O banquete culmina com a boa notícia com que o casal anfitrião tanto sonhava: ter um filho, um herdeiro na casa que pudesse suscitar uma descendência. Esse filho será dom de Deus; uma recompensa pela gratuidade generosa do casal, que vive segundo a proposta de vida divina. O texto nos ensina que a generosidade divina vai além de nossas expectativas. O Senhor olha com agrado para tudo que fazemos por amor a ele.

A origem do sofrimento do pobre: teologia e antiteologia no livro de Jó

Luiz Alexandre Solano Rossi



CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK

O tema do livro é o contraponto entre a riqueza e a pobreza como retribuição divina. A obra traz a experiência de Jó, que proclama que não há relação entre pecado e sofrimento e entre virtude e recompensa.



Aponte a câmera do seu celular e confira a degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br

2. II leitura (Cl 1,24-28)

A liturgia deste domingo dá continuidade à leitura da carta aos Colossenses, iniciada no domingo passado. Conforme recordamos, Paulo se encontra na prisão e tem como objetivo, nessa carta, esclarecer questões acerca do sincretismo religioso, particularmente o culto aos anjos e certos rituais praticados por membros da comunidade que se deixaram influenciar por outras seitas.

Para ajudar a comunidade a superar esses impasses, Paulo recorda sua própria caminhada de fé. Fala de sua experiência, que todos conhecem. Recorda quantos sofrimentos teve de enfrentar por conta de ter abraçado a fé em Cristo. Sua situação atual na prisão é consequência de sua fidelidade ao chamado do Senhor. Apesar de ter passado por tanto sofrimento, Paulo é feliz, sabe que nada foi em vão, pois são sofrimentos que deram muitos frutos e possibilitaram que muitas pessoas pudessem conhecer Cristo e aderir a ele.

O apóstolo considera que todas as provações pelas quais passou vêm a seu favor para completar no seu corpo o que falta à paixão de Cristo. Ele tem consciência de que foi chamado a viver o mistério de anunciar Jesus Cristo. E isso abriu caminho para que tantas outras pessoas também experimentassem a graça de serem transformadas pela fé, a seu exemplo. A mudança de vida depois da fé foi tão radical para Paulo, que ele se tornou outra pessoa. Por isso, acredita que o mesmo acontece com todo aquele ou aquela que se tornam discípulos de Cristo.

3. Evangelho (Lc 10,38-42)

Depois de narrar a parábola do bom samaritano, o evangelista Lucas nos chama a atenção para a continuidade da viagem de Jesus para Jerusalém. Em seu caminho, Jesus entra em uma aldeia para visitar Marta e Maria. Essa passagem tem como foco a escuta da Palavra do Mestre. Jesus não desqualifica o serviço de Marta, porém insiste que todas nossas preocupações

podem estar fora de lugar. Uma *diakonia* que não parte da escuta da Palavra, das Escrituras, não tem garantia nenhuma de continuidade efetiva. Maria, de sua parte, põe-se na atitude de escuta, e essa graça jamais lhe será retirada. Não se trata de compreender a vida contemplativa como superior à vida ativa apostólica, mas de compreender a Palavra de Deus como fonte de nossa vida.

A narrativa lucana difere da joanina, que situa geograficamente esse episódio em Betânia e salienta que Marta e Maria são irmãs de Lázaro. O foco de Lucas é o caminho para Jerusalém, e nele Jesus é acolhido por essas duas irmãs. Ambas o acolhem e servem de maneiras diferentes. A resposta de Jesus a Marta deixa entrever que ele veio para servir, e não para ser servido. A postura que espera do discípulo é a escuta de sua Palavra como algo essencial, que deve preceder todas as nossas ações. Sentar-se aos pés de Jesus para ouvir seus ensinamentos é atitude que ele louva e não retira de quem opta por isso.

Outro aspecto importante nessa leitura é a atitude de acolhida por parte de Jesus, que difere dos mestres de seu tempo: ele acolhe as mulheres no seu discipulado e lhes atribui diversas diaconias. Do ponto de vista sociológico, é algo surpreendente, pois dedicar-se aos afazeres da casa seria tarefa muito habitual para mulheres. Jesus abre espaço para nova diaconia: o estudo da Palavra, para que depois Maria possa anunciá-la aos irmãos. Todos os serviços na comunidade supõem a escuta da Palavra de Jesus, nosso Mestre.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Vivemos mergulhados na cultura do fazer desenfreado. Tempo é dinheiro! Somos estimulados, por todos os lados, a produzir coisas em uma velocidade cada vez maior. Arriscamos a vida para ganhar tempo no trânsito e em outras circunstâncias. Pensemos na vida frenética de nossos grandes centros urbanos. E, no final, para ganhar tempo, terminamos estressados, cansados

e irritados. Podemos dizer que são as exigências de nossa época. Como é possível encontrarmos tempo para sentar aos pés do Mestre, a fim de ouvir e partilhar sua Palavra? Como podemos diminuir o ritmo de nosso fazer para escolher a melhor parte, a exemplo de Maria?

Em nossas comunidades, nas pastorais e grupos de que participamos, que espaço reservamos à escuta da Palavra, tendo-a como fonte de nosso serviço à Igreja? É necessário nos pormos em ação, pois a missão exige doação e entrega em serviços muito concretos, para atender à necessidade da comunidade e das pessoas a quem servimos. Porém, precisamos encontrar tempo para escutar Jesus, para deixar que sua Palavra penetre em nossas atividades. Do contrário, nosso ativismo corre o risco de perder o sentido. Corremos o risco de nos esvaziarmos e fazer coisas mais por hábito, por profissionalismo, do que servir por amor a Jesus e aos demais.

Em resposta a essas leituras, que convidam à hospitalidade e ao acolhimento, somos desafiados por Jesus a compreender que não basta abriremos a porta de nossa casa para que ele possa entrar. A verdadeira acolhida é dar toda nossa atenção ao hóspede, ir ao seu encontro para escutá-lo e estabelecer com ele uma relação de partilha de vida. Esse é o exemplo que Maria nos deixa.

17º DOMINGO DO TEMPO COMUM

24 de julho



Perseverar na oração

I. INTRODUÇÃO GERAL

As leituras desta liturgia nos falam sobre o poder da oração em nossa vida. A primeira leitura, retirada do livro do Gênesis,

transmite-nos antiga tradição sobre o patriarca Abraão. Ele tinha uma relação muito íntima com Deus. A oração, para ele, não era apenas uma petição, mas também uma forma de interceder pelos outros junto a Deus. Essa narrativa retrata quanto, na tradição judaica, as pessoas que se deixavam conduzir por Deus tinham uma prática de oração. A oração de Abraão nos desafia e nos questiona sobre até que ponto oramos para a salvação do mundo.

A segunda leitura, continuando a carta aos Colossenses, faz uma reflexão acerca das consequências de abraçar o batismo. Quando recebemos o sacramento do batismo, morremos para o pecado e recebemos a vida nova em Cristo. Ao receber essa vida nova, temos a força de viver em Cristo. Deus, na sua infinita misericórdia, concede-nos a dignidade de sermos seus filhos e filhas adotivos. O Senhor Deus nos criou para a liberdade, e não para vivermos sob o peso de nossos pecados; isto é, criou-nos para uma vida de santidade.

O Evangelho nos apresenta uma das versões da oração que Jesus nos ensinou: o pai-nosso. Jesus nos ensina a sermos perseverantes na oração; a insistir em bater à porta do Senhor. Persistindo na oração, como forma de apresentar a Deus nossas necessidades e intercessões, obteremos resposta. Nosso Pai celeste responde a quem pede com sinceridade e fé. Jesus nos convida a dialogar com o Pai com atitude de confiança.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. 1ª leitura (Gn 18,20-32)

O texto da primeira leitura é sequência do proclamado no domingo anterior. Narra os eventos ocorridos depois da visita dos três estrangeiros à casa de Abraão e Sara. O episódio se refere à antiga cidade de Sodoma, que parece ter existido às margens do mar Morto. Segundo as antigas

narrativas, essa cidade foi destruída, o que deixou na memória do povo um ensinamento: seu destino foi aquele porque a conduta das pessoas que ali viveram não era de acordo com as propostas de Deus. Essa foi a explicação que os povos antigos encontraram para justificar sua destruição. Tal história, narrada de geração em geração, serviu de base para que se acrescentasse um ensinamento novo para o povo de Israel: a oração dos fiéis pode mudar o curso dos acontecimentos. O texto marca a transição da mentalidade de um Deus que castiga e destrói para um Deus misericordioso, que ouve a súplica daqueles que pedem coisas boas, motivados pela fé.

O diálogo entre Deus e Abraão é uma catequese sobre o pecador e o justo, na qual os autores bíblicos estabelecem uma relação entre o santuário de Mambré e histórias sagradas antigas sobre a destruição de Sodoma e de outras cidades vizinhas. A grande pergunta que o texto faz é se o justo merece o mesmo destino do pecador. Será que um pequeno grupo de justos vale mais que uma multidão de pecadores?

Na mentalidade da época, todos os membros de uma comunidade deveriam ser solidários no bem, pois o mal poderia fazer que todos sofressem castigos. O erro, o mal praticado por um teria como consequência o sofrimento de todos. Assim, a catequese do texto busca refletir sobre a intercessão dos justos para mudar o curso da história. O texto retrata uma mentalidade ainda muito distante da retribuição individual da prática do bem ou do mal.

O diálogo entre Abraão e Deus é descrito como um encontro face a face, no qual Abraão se põe em atitude de humildade diante do Senhor Deus. Ele acredita na benevolência divina, num Deus capaz de ouvir a súplica sincera que brota do coração. Dessa oração nasce a confiança em insistir por diversas vezes. É um diálogo familiar,

confiante, ousado, pois Abraão acredita que Deus vem ao encontro do ser humano e estabelece conosco uma relação de comunhão, de amor sem temor.

2. II leitura (Cl 2,12-14)

Pela terceira semana consecutiva, a segunda leitura nos proporciona uma reflexão sobre a comunidade dos colossenses e os desafios pastorais que enfrentavam. No texto proposto para este domingo, o autor da carta menciona o problema dos falsos doutores que estavam influenciando os cristãos nessa comunidade. Eram pessoas que se infiltraram na comunidade depois que foram evangelizados por Paulo.

O apóstolo Paulo exorta os cristãos a colocar Jesus Cristo no seu devido lugar na fé: Cristo é a cabeça da Igreja e, pelo batismo, o discípulo lhe dá sua adesão e se identifica com ele. Portanto, em Jesus encontramos a vida em plenitude. Quem abraçou a fé nele não precisa recorrer a nenhuma outra divindade, rito ou prática religiosa, como ensinavam os falsos doutores. Somente Cristo basta.

Para exemplificar a supremacia de Cristo, o que significa morrer para os pecados e renascer nele para uma vida nova, o autor usa a linguagem do “documento de dívida”, o qual, pela morte de Cristo, foi anulado. Tal documento refere-se à Lei de Moisés, cujas prescrições, exigências, leis e regras eram impossíveis de ser cumpridas na totalidade. Jesus, por sua morte de cruz, anulou todas as nossas dívidas perante a Lei. Libertou-nos e nos concedeu nova vida a partir do batismo.

3. Evangelho (Lc 11,1-13)

O relato da última subida a Jerusalém agora é enriquecido com novo episódio, no qual os discípulos pedem a Jesus que os ensine a orar. O que Jesus põe no início da oração do pai-nosso se enquadra perfeitamente no contexto dos episódios precedentes, como a multiplicação dos pães, quando Jesus invoca o Pai, dando-lhe graças; o exemplo do amor

ao próximo, resumido na parábola do bom samaritano; a escuta da Palavra na visita a Marta e Maria. Todas essas ações, no seu conjunto, são atitudes características de quem se insere no caminho do discipulado, culminando com a oração, que deve brotar naturalmente do coração que busca a intimidade com Deus.

A oração do pai-nosso, no relato de Lucas, é a mais breve. Também é precedida de um contexto no qual Jesus ensina como Mestre. O evangelista o apresenta sempre em oração, e agora os discípulos, olhando para essa prática constante na vida de Jesus, pedem-lhe que os ensine a rezar do mesmo modo. Não é por acaso que o evangelista inseriu esse episódio no momento da subida a Jerusalém. A função dessa passagem consiste em destacar que é diante de uma situação concreta que o Mestre ensina um dos comportamentos mais essenciais para aqueles que o seguem: a relação de intimidade e comunhão do discípulo com o Pai. Impressionados com o exemplo de Jesus, que está sempre em oração, eles desejam imitá-lo.

O mais importante é perceber que Jesus não está oferecendo uma fórmula fixa, mas sim um modo de orar. Mesmo porque o texto de Lucas é muito diferente do texto de Mateus, o que pode explicar o motivo de as primeiras comunidades terem diversas tradições litúrgicas. O evangelista quer recordar que Jesus nos ensinou a nos dirigirmos a Deus como ele mesmo fazia: como filhos e filhas. Chamar Deus de Pai supõe ter uma atitude filial com o Senhor e, em relação aos demais, se fazer irmão e irmã. Implica reconhecer que a fraternidade nos leva a uma solidariedade com dimensão universal e superar todas as barreiras que nos impedem de amar uns aos outros como irmãos e irmãs.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A oração de Abraão é paradigmática para todos os fiéis, por constituir um diálogo com Deus na humildade, na confiança e

Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social

Papa Francisco



A encíclica é uma atualização do pensamento social da Igreja diante dos desafios atuais da pandemia, dos retrocessos sociais, da emergência de nacionalismos e de uma hiperconectividade que, por vezes, está mais a serviço do ódio e da polarização do que do diálogo.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br

na reverência à transcendência divina. Não é uma repetição de fórmulas que sabemos desde a infância. É um diálogo sincero, espontâneo, no qual expomos a Deus nossas profundas necessidades, petições e louvor. Em minhas orações, como me coloco diante de Deus?

Lucas nos mostra como a oração ocupava um lugar essencial na vida de Jesus e de seus discípulos. Antes de tomar decisões importantes, Jesus passava noites em oração. Ele estava sempre em diálogo com o Pai. Seus discernimentos eram feitos em momentos de longas orações, na busca contínua da vontade do Pai. Que espaço a oração ocupa em minha vida? Como coloco diante do Senhor os acontecimentos que me preocupam? Quais são as inspirações da atitude de Abraão e de Jesus para melhorar meu diálogo com o Pai? Minha oração é um encontro amoroso de diálogo com Deus ou de negociação a partir de meus interesses? Apenas de promessas: se recebo isso, ofereço aquilo? O que Jesus ensina é fazer da oração um encontro com o Pai misericordioso, a quem amo e com quem partilho minhas preocupações, sonhos e esperanças.

18º DOMINGO DO TEMPO COMUM
31 de julho



Quem acumula tesouros só para si não é rico para Deus

I. INTRODUÇÃO GERAL

As leituras deste domingo nos fazem refletir sobre nossa relação com os bens materiais. Na primeira leitura, retirada do livro do Eclesiastes, temos bela reflexão, fundamentada na sabedoria da tradição de

Israel. O texto põe em questão a fugacidade dos bens materiais. Seu autor nos exorta a depositar a esperança em Deus e nos valores humanos que não passam. É nisso que consiste o sentido de nossa existência.

A segunda leitura nos convida a buscar as coisas do alto, identificando-nos com Cristo. Ser nova criatura, na linguagem da carta aos Colossenses, significa não se deixar escravizar pelas coisas deste mundo e permitir que Cristo resplandeça sua imagem em nós. Isto é, morrer para todas as ambições terrenas e nos revestirmos de Cristo.

No Evangelho, Jesus se dirige à multidão, ensinando sobre a insensatez de acumular bens. Ao narrar a parábola do rico insensato, ele denuncia a falência de uma vida orientada apenas para o acúmulo de bens materiais. A pessoa que assim procede esqueceu sua essência e vive sem consciência do fato de que a riqueza jamais nos garante vida longa.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Ecl 1,2; 2,21-23)

O livro do Eclesiastes pertence à literatura sapiencial, que se desenvolveu pelos finais do século II a.C. Essa literatura recolhe toda a sabedoria das diversas fontes literárias do Antigo Testamento. Seu autor é anônimo, mas, conforme indica o próprio significado do título original (Coélet), é alguém que participa da comunidade dos fiéis. Os sábios de Israel desse período resistiram à imposição cultural e religiosa dos impérios estrangeiros que dominavam a Palestina. A sabedoria das tradições judaicas era o grande elemento unificador do povo e exerceu uma função importante para preservar a identidade de povo escolhido.

A preocupação fundamental dos sábios que sucederam os profetas como lideranças religiosas não era tanto apontar caminhos, pois havia a Lei e os Profetas, mas perceber que as falsas seguranças prometidas pelos

poderes políticos e econômicos era pura vaidade, que passava como o vento. Por isso o tom de pessimismo do texto e do livro como um todo. O pessimismo era em relação às falsas promessas das autoridades políticas e econômicas, e até da classe sacerdotal. Os sábios formavam um grupo marginal dentro do judaísmo.

O texto proposto para esta liturgia proclama a inutilidade do esforço humano em trabalhar apenas para juntar tesouros e depois não poder usufruir. Questiona o propósito de construir fortunas e deixá-las a outros que, no futuro, irão se beneficiar daquilo que não plantaram. A grande lição da leitura é que o esforço humano em busca de riqueza não é o que dá sentido à vida. É necessário olhar mais além e cultivar a sabedoria que vem de Deus, pois tudo que é terreno é passageiro.

2. II leitura (Cl 3,1-5.9-11)

A segunda leitura nos convida a viver segundo os valores evangélicos que Jesus nos deixou. O texto proposto é dividido em duas partes. Na primeira (v. 1-5), o autor trata da sólida união que nos cabe estabelecer com Cristo ressuscitado. Pelo batismo, somos chamados a nos identificar com o Senhor; morrer para o pecado e renascer para uma vida nova. Na segunda parte (v. 9-11), Paulo apresenta as exigências da vida cristã. O cristão deve renunciar a toda sorte de impurezas, paixões, maus desejos, desonestidade e a todos os falsos deuses da velha criatura. Revestir-se de uma nova criatura, na linguagem do apóstolo, significa abraçar a vida cristã com todas as suas exigências.

Na perspectiva da carta aos Colossenses, ser batizado significa abandonar todas as atitudes egoístas, como a ambição, o orgulho, a injustiça, a indecência, a violência e a morte. Enfim, renunciar aos mecanismos do mal, como Jesus fez. E, em contrapartida, assumir um estilo de vida em sintonia com

o Evangelho, feito de amor, serviço e doação aos irmãos e irmãs. O cristão deve estar disposto a dar a vida pelas mesmas escolhas que levaram Jesus a se entregar na cruz. A identificação com Cristo, em decorrência de nosso batismo, deve ser contínuo renascimento, que nos leva a ser cada vez mais semelhantes a ele.

3. Evangelho (Lc 12,13-21)

Por diversas vezes, Jesus, em sua caminhada para Jerusalém, depara com grande multidão, como no episódio deste domingo, narrado por Lucas. Alguém, do meio da multidão, interpela Jesus para que ele interceda em uma disputa familiar por herança. É nesse contexto que Jesus conta a parábola do rico insensato. Em seu discurso, novo tema se apresenta: a advertência sobre como o discípulo deve se relacionar com as riquezas.

A contestação de Jesus à pergunta de seu interlocutor vem afirmar categoricamente que sua missão não consiste em se envolver nesses tipos de problemas legais, cuja resolução pertencia às autoridades judaicas de seu tempo. Ele recusa toda espécie de intervenção arbitrária no âmbito familiar ou em questões de economia doméstica. Parece que Jesus se sente incomodado com o fato de que membros de uma mesma família não cheguem a um acordo e se dividam por conta da partilha dos bens materiais. Em seu ensinamento à multidão, ele ressalta que não se trata de resolver um caso determinado, mas sim de desenvolver uma convicção pessoal de desapego aos bens materiais, pois o apego ou ambição por riqueza é raiz de muitas desavenças familiares e sociais.

Depois da advertência, vem a narrativa parabólica sobre o rico insensato. A avareza é um problema que atinge não somente as relações familiares, mas também as relações sociais. A mensagem da parábola mostra que o rico estava chegando ao topo de sua ambição. Estava prestes a acumular muita riqueza,

a ponto de já não precisar se preocupar com o futuro. Contudo, o ser humano é mortal, e toda avareza não tem nenhum valor aos olhos de Deus. As riquezas não conquistam a entrada para a felicidade eterna. O contraste atravessa toda a narrativa; no coração do homem rico não há espaço para Deus. Essa é a conclusão da parábola! Que triste uma vida inteira dedicada a acumular bens, mas sem Deus. O rico insensato se esquece até de que é mortal e pode morrer a qualquer momento. Um dos temas teológicos importantes para Lucas é o correto uso das riquezas. O discípulo deve ter um coração desprendido das riquezas e não deve se alimentar da ambição de acumular tesouros para este mundo.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

As leituras deste domingo nos questionam fortemente sobre uma realidade tão atual e presente em nossa sociedade: a lógica desenfreada de acúmulo de capital, fundamentada nos valores do mundo contemporâneo, assim como nos retrata a parábola de Jesus. O capitalismo selvagem, por amor ao lucro, explora milhões de pessoas e as obriga a trabalhar por salários indignos, a viver uma vida de miséria, como se a vida, para muitos, devesse se resumir apenas a trabalhar para fazer pagamentos de taxas e boletos, sem sobrar nada para a família no fim do mês.

Para muitos de nós, trabalhadores, a economia centrada no lucro quase não nos permite ter tempo para a família, para o serviço na comunidade, para um lazer saudável. Para muitos, a vida se resume a trabalhar até o final da velhice. Outros, para aumentar sua conta bancária, apenas se dedicam à própria carreira, em vista do êxito profissional.

Jesus não denuncia a busca dos bens necessários para uma vida digna, a que todo ser humano tem direito, mas sim a deificação do dinheiro. Como cristãos, não podemos compactuar com a ganância, que maltrata a

natureza, que destrói a obra da criação. Não podemos tranquilamente consumir produtos que são frutos da escravidão e da destruição do planeta.

19º DOMINGO DO TEMPO COMUM

7 de agosto



Tende sempre vossa lâmpada acesa

I. INTRODUÇÃO GERAL

As leituras da liturgia deste domingo nos convidam a permanecermos sempre vigilantes. Como discípulos do Senhor, dispomo-nos ao serviço do Reino, atentos aos apelos de Deus, às diversas manifestações de sua presença em nossa vida.

A primeira leitura, retirada do livro da Sabedoria, recorda a história de libertação de Israel, quando o povo escolhido foi duramente desafiado pela imposição da cultura pagã por parte do poder estrangeiro que o dominava. É nesse contexto de imposição cultural e religiosa que o autor desconhecido do livro convida a comunidade dos israelitas a ser vigilante e buscar os valores duradouros, segundo a sabedoria das Escrituras.

A segunda leitura apresenta o patriarca Abraão e a matriarca Sara como modelos de fé para todas as gerações. Eles foram atentos à presença do Senhor na própria vida, por isso responderam aos apelos divinos. A vigilância é fundamental para que percebamos quando o Senhor passa, quando nos fala, nos chama e nos interpela.

As instruções de Jesus sobre como nos prepararmos para o julgamento vindouro continuam no Evangelho deste domingo. Não podemos ser como o homem rico e

ganancioso do domingo passado, que planejou armazenar sua colheita nos celeiros sem se preocupar em partilhar com quem nada tinha. Somos convidados, antes, a compartilhar o que temos com quem mais necessita. O antídoto para a ansiedade provocada pelo julgamento futuro é abrir a mão aos irmãos e irmãs necessitados.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Sb 18,6-9)

O livro da Sabedoria provavelmente foi escrito por volta do século I a.C., em Alexandria, por um autor desconhecido, pertencente ao grupo dos sábios rabinos judeus que defendiam a identidade e a tradição judaica diante da dominação política, econômica, cultural e religiosa estrangeira. Esse grupo de sábios sucedeu os profetas na liderança de Israel, apegando-se às Escrituras como forma de resistência. Dirigindo-se aos judeus mergulhados em um ambiente de idolatria e de imoralidade para conseguirem usufruir dos benefícios oferecidos pelo poder colonizador, o autor faz o elogio da sabedoria israelita, que se fundamenta nos escritos sagrados.

Tal elogio implicitamente convida a comunidade dos fiéis a tomar cuidado com a sabedoria da filosofia helênica, que se propunha como superior à sabedoria judaica, fundamentada nas Escrituras. Muitos se encantaram com a sabedoria da Macedônia. O texto proposto nesta liturgia pertence à última parte do livro, na qual o autor sagrado, apresentando os fatos concretos, ressalta figuras da história de Israel como modelos de pessoas sábias. Dessa forma, o autor mostra como a própria natureza, divinizada pelos ímpios, se volta contra eles. O cenário construído nessa narrativa é uma reflexão que compara os eventos precedentes ao êxodo: os egípcios foram castigados, enquanto Israel foi em tudo protegido pelo Senhor Deus. A história nos ensina a tirar lições de

O Evangelho Social: manual básico de Doutrina Social da Igreja

Elvis Rezende Messias e Dom Pedro Cunha Cruz



240 págs.

**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

Imagens meramente ilustrativas.

Neste livro você conhecerá as estruturas fundamentais da Doutrina Social da Igreja: fundamentos teológicos, princípios e valores da DSI; estudos sobre os principais temas e questões sociais para os quais a Igreja tem um ensinamento; algumas perspectivas pastorais e pistas de ação para o compromisso social cristão.



Aponte a câmera do seu celular e confira a degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800-0164011

paulus.com.br

sabedoria, por isso o povo de Deus mantém viva na memória sua história, passando-a de geração a geração.

2. II leitura (Hb 11,1-2.8-19)

A carta aos Hebreus foi escrita pouco antes da segunda destruição do templo de Jerusalém, por volta do ano 70 d.C. Não sabemos quem é seu autor. Provavelmente, destina-se aos cristãos de origem judaica que estão perdendo o entusiasmo dos primeiros tempos, por se encontrarem diante de perseguições e hostilidades provenientes do mundo pagão. As comunidades dos fiéis estavam expostas à indiferença das autoridades locais; tratadas como uma seita ilegal, a tendência foi se deixarem abater pelo desânimo e pelo cansaço.

A linguagem da carta recorre à teologia judaica, apresentando Cristo como o verdadeiro e único sacerdote que intercede pelo povo. Dessa forma, insere os discípulos na comunhão real e definitiva com Deus. Apoiando-se nessa tradição teológica, o autor ajuda a comunidade a refletir sobre as implicações dessa fé. Posta em relação filial com o Pai por meio de Cristo sacerdote, a comunidade dos fiéis passa a fazer parte do povo sacerdotal, tornando a própria vida um contínuo sacrifício de louvor, entrega e amor.

O texto recorda duas figuras importantes na história de Israel: Abraão e Sara, que, na fé, acolheram o chamado de Deus. Deixaram seu lugar de origem e partiram para um lugar desconhecido, movidos pela fé. Foram abençoados com a posse de uma terra e com descendência numerosa. Para que a promessa de Deus se realizasse, assumiram a condição de peregrinos e estrangeiros, caminhando em direção à pátria definitiva. É precisamente esse modelo de fé que o autor da carta retoma, para inspirar os cristãos a não desanimar diante da real situação em que se encontram.

3. Evangelho (Lc 12,32-48)

Nessa passagem do Evangelho, Jesus continua sua exortação aos discípulos, com uma recomendação extremamente radical de como devem agir com os bens materiais para que estes se convertam em um tesouro imperecível.

O que Jesus propõe com essas exigências a respeito da posse de riquezas está profundamente relacionado com a atitude que o discípulo deve adotar diante de toda a realidade de sua existência: a partilha solidária, sobretudo com os mais necessitados. Somente por meio dessa prática de desapego é que os discípulos irão adquirir tesouros inesgotáveis para os céus. A prática da caridade nas primeiras comunidades cristãs demonstra que esse ensinamento de Jesus foi vivido de forma radical por muitos membros.

O ponto central do ensinamento desse texto é a afirmação de Jesus de que, onde está nosso coração, aí estará nosso tesouro. Os bens e os recursos que construímos neste mundo devem ser postos em benefício de toda a humanidade. Nisso consiste o dito de Jesus: “Fazei bolsas que não envelheçam”. Os tesouros que ajuntamos para o Reino de Deus nenhum ladrão pode retirar de nós, pois nossas boas obras permanecem para sempre, como sinal de nosso testemunho.

A parábola que se segue ao discurso de Jesus continua a exortação acerca da vigilância e da fidelidade. Em primeiro lugar, ensina que os discípulos devem estar vigilantes e disponíveis para as realizações escatológicas. A presente condição daqueles que seguem Jesus é apenas a de servos que, na ausência do seu Senhor, devem perseverar no cumprimento de suas obrigações, porque o Senhor pode voltar a qualquer momento. Seremos recompensados segundo nossa vigilância. Por isso nos é pedido que mantenhamos nossas lâmpadas acesas. Assim, seremos convidados ao banquete eterno.

A pergunta de Pedro – a respeito de para quem Jesus narra a parábola – serve para esclarecer que esse ensinamento é de fato para os discípulos que abraçaram o caminho do discipulado. Jesus vai introduzindo novos personagens na trama, para exemplificar seu discurso. O protagonista da parábola é o administrador que não se comporta bem na ausência de seu Senhor. Ele será severamente castigado, pois não irá conseguir esconder sua negligência durante a ausência do Senhor. O mal revela-se por si mesmo. O abuso de autoridade será descoberto quando o Senhor regressar.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A vida dos discípulos de Jesus deve ser de vigilância atenta, pois o Senhor está permanentemente presente em nossa vida. Ele sempre vem ao nosso encontro para nos desafiar para o desapego de tudo aquilo que nos distancia dele. O apego aos bens materiais pode nos escravizar, mas Deus nos criou para a liberdade. O que nos distrai, nos prende, nos aliena e nos impede de construir os tesouros para a vida eterna?

As leituras apontam que ser discípulo do Senhor não é atividade de horário comercial ou distração para fins de semana, mas é compromisso de todos os dias, em todas as circunstâncias. Estou consciente de que isso requer uma postura diante da vida, um conjunto de atitudes que devo testemunhar sempre?

A Palavra de Deus contém um questionamento especial para todas as pessoas que exercem algum serviço ou ministério na Igreja. As leituras nos convidam a assumir com responsabilidade as tarefas ou funções a nós confiadas. Independentemente de nossas tarefas ou funções, todos somos chamados a servir na humildade e na simplicidade. Sobretudo, a estarmos dispostos

a servir os mais necessitados sem apego ao que temos e na fidelidade à autoridade ou responsabilidade que exercemos.

20º DOMINGO DO TEMPO COMUM

14 de agosto



Acender o fogo do Reino de Deus

I. INTRODUÇÃO GERAL

A Palavra de Deus para este domingo nos leva a refletir sobre como assumir a missão que o Senhor nos confia. Os profetas quase sempre passam por muitas provações para levar adiante sua missão, como nos relata a leitura de Jeremias. Isso ocorre porque eles tendem a perturbar a falsa paz que esconde as injustiças e contradições de seu tempo. Jeremias recebe de Deus a missão de denunciar as injustiças da classe dominante, mas tal atitude atrai a ira e a desconfiança do povo de Jerusalém. O profeta percebe que as ações do rei de Judá estão levando o reino à destruição. Ele assume de forma radical sua missão, embora tenha consciência de que será duramente rejeitado. Sabe que exercer seu ministério profético não irá trazer popularidade, mas aceita o chamado divino para testemunhar a verdade. Jeremias foi coerente com o projeto de Deus para seu povo.

A segunda leitura fala da importância de levar uma vida digna depois do encontro com o Senhor Jesus. O cristão, a exemplo de um atleta, deve correr em direção à vida plena, sem medir esforços, exercitando-se a cada dia para chegar à vitória, que consiste em assemelhar-se a Cristo. Jesus nunca buscou o caminho mais fácil ou mais agradável

para realizar sua missão. Enfrentou a morte, e morte de cruz, para levar à plenitude a missão que o Pai lhe havia confiado. Ele é o modelo mais perfeito que um discípulo tem à sua frente para orientar sua caminhada de fé.

O Evangelho nos leva a refletir sobre as implicações da missão no seguimento do discipulado. Jesus define sua missão como a de lançar fogo sobre a terra, isto é, eliminar todas as formas de escravidão, egoísmo, vícios e pecados para que possa surgir um mundo renovado. As exigências para os seus discípulos são radicais e poderão provocar oposições, críticas e rejeições da parte de muitos.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Jr 38,4-6.8-10)

Jeremias exerceu sua missão profética no tempo em que o Reino de Judá estava em decadência, próximo da queda de Jerusalém (586 a.C.). Ele foi contemporâneo da tomada de Jerusalém pelo exército da Babilônia e viu a devastação de seu país depois da guerra. Trata-se de período muito complicado para Israel, e o profeta tenta alertar o povo sobre a iminente catástrofe. É nesse contexto que devemos interpretar suas profecias. O rei de Judá e sua corte tentam esconder os graves problemas políticos, as alianças com poderes estrangeiros que não contribuíram para a autonomia do Estado, e por isso perseguem o profeta Jeremias, que denuncia a real situação.

A leitura proposta para a liturgia deste domingo relata os acontecimentos do final do reinado de Sedecias, por volta de 586 a.C. O rei adotou a política de fazer aliança com o Egito, atraindo a ira da Babilônia, um dos impérios mais potentes da época. O profeta percebeu que essa aliança seria um fracasso e levaria o povo à ruína. Infelizmente não foi ouvido, e, com a invasão da Babilônia, parte dos israelitas foi levada para o exílio. A difícil missão de Jeremias

foi conscientizar o povo sobre essa dura realidade. Em sua visão, tudo aconteceu por causa da infidelidade a Deus, da corrupção e idolatria das lideranças de Israel.

Apesar de toda essa situação de sofrimento, Jeremias foi fiel à sua vocação profética. A parte final do texto relata que Deus cumpre sua promessa. Encoraja o profeta a não ter medo, pois não o abandonará. Jeremias foi chamado a profetizar sobre o sentido da justiça e enfrentar com coragem o exílio, como escravo estrangeiro. O Senhor, porém, veio em seu socorro, salvando-lhe a vida. Esse texto nos mostra que Deus sempre está do lado daqueles que anunciam fielmente sua Palavra.

2. II leitura (Hb 12,1-4)

O autor da carta aos Hebreus se dirige a uma comunidade cristã marcada pela influência judaico-cristã. Os cristãos enfrentavam dupla hostilidade: por parte dos judeus, haviam sido expulsos das sinagogas, por serem considerados uma seita dissidente do judaísmo; por parte dos pagãos, eram apenas uma pequena minoria insignificante e estranha. Por isso, os cristãos estão cansados, desanimados e começam a perder o entusiasmo.

Diante dessa realidade, o autor convida os membros da comunidade a ter um olhar retrospectivo sobre a história de Israel. Ele recorda que figuras como Abraão e Moisés também foram desafiadas na sua fé. São exemplos a serem imitados, pois superaram as provações pelas quais passaram. Dessa forma, exorta os fiéis a perseverar na fé, pois o cristão é convidado a não perder de vista o exemplo de Cristo. Apesar das adversidades, das rejeições que sofreu, Jesus nunca escolheu o caminho mais fácil, não procurou o que era mais cômodo ou mais agradável. Para ele, o critério fundamental era realizar a vontade do Pai; e o caminho para o Pai passava pelo amor radical, pela doação total e pela entrega na cruz.

3. Evangelho (Lc 12,49-53)

Ao prosseguir sua caminhada para Jerusalém, Jesus, a esta altura, introduz novos temas. No texto proposto para a liturgia deste domingo, ele, em primeiro lugar, expressa seu desejo de ver toda a terra abrasada, consumida pelo fogo que sua vinda veio trazer ao mundo. O objetivo fundamental de seu ministério, o centro da proclamação de sua Boa Notícia e de sua atividade podem ser prefigurados com o símbolo do fogo.

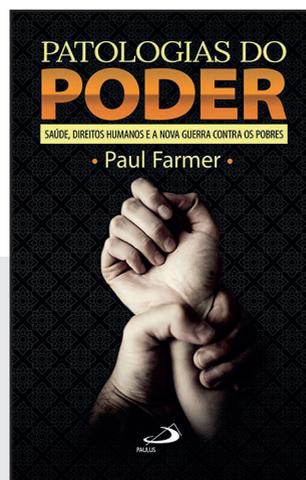
Na perspectiva de Jesus, seu ministério propõe um batismo não com água, mas com o fogo do Espírito Santo. É o próprio Jesus quem batiza com o fogo. Ele está ansioso para que essa realidade chegue ao pleno cumprimento. O fogo possui um significado muito complexo: no Antigo Testamento, é sinal que precede a manifestação divina; na linguagem profética, purifica e transforma o pecador numa pessoa melhor; na linguagem apocalíptica, está relacionado com o juízo escatológico no fim dos tempos.

Jesus descreve os efeitos de sua atividade como discórdia. Isso, à primeira vista, parece ser a consequência contraditória de um batismo de fogo, pois, no Evangelho segundo Lucas, Jesus nasce como o príncipe da paz, e agora o que ele anuncia parecem ser sinais de ruína e oposições. A atuação de Jesus certamente não tem como objetivo provocar divisões e contradições, mas sua ação libertadora evidencia os conflitos ocultos. Ele veio revelar ao ser humano a santidade de Deus; sua proposta destina-se a destruir toda forma de egoísmo, injustiça, opressão, maldade e violência que impedem o Reino de Deus de se desenvolver na sua plenitude. O batismo no Espírito Santo, que acontecerá após sua ressurreição, será como fogo transformador e purificador que impulsionará os discípulos a levar seu amor até os confins da terra.

Patologias do poder:

Saúde, direitos humanos e a nova guerra contra os pobres

Paul Farmer



504 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

Um médico antropólogo revela os caminhos nos quais o direito de sobreviver é atropelado em uma era de grande riqueza. Mostra que esse assunto deve ser considerado o mais urgente dos nossos tempos.



Aponte a câmera do seu celular e confira a degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11

paulus.com.br

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

O Evangelho nos mostra que, em seu ministério, Jesus não desejava conservar intacta a realidade de seu tempo, nem mesmo os ensinamentos dos mestres de Israel. Ele não compactuou com a falsa paz que não questionava o mal, a injustiça e a exclusão dos pobres, doentes, mulheres e toda sorte de pessoas consideradas impuras. Para instaurar o Reino de Deus, estava disposto a incendiar a terra, pondo em causa tudo aquilo que escraviza o ser humano e a vida. Suas palavras nos questionam: como nos situamos em face de tudo aquilo que contradiz o projeto de Deus? Como nos posicionamos diante da injustiça, da mentira, das *fake news*, das ameaças, da exploração dos vulneráveis? Com que coragem nos dispomos a ser profetas que assumem a missão de construir o novo céu e a nova terra?

A proposta de Jesus não é a manutenção de uma paz aparente. O fogo que ele veio atear é o fogo purificador e transformador que atinge o coração das pessoas e muda sua vida; é o fogo que faz que cada batizado seja protagonista na instauração do Reino de Deus. Animados pelo Espírito Santo, fomos ungidos para renunciar a toda forma de egoísmo, de indiferença aos necessitados e sofredores e assumir o compromisso com o projeto de Deus.

SOLENIIDADE DA ASSUNÇÃO DA VIRGEM MARIA

21 de agosto



Bem-aventurada aquela que acreditou

I. INTRODUÇÃO GERAL

Para a fé católica, o papel de Maria na história da salvação é o de serva que se dispõe a colaborar com Deus. Ela não é a salvadora,

mas sim a Mãe do Salvador, e por isso admiramos sua atitude de acolher em si a ação do Espírito Santo, dizendo sim a Deus. A fé é a marca da vida de Maria; ela é, essencialmente, uma mulher de fé. Tal vivência se confirma quando, ao ouvir a mensagem do anjo Gabriel, imediatamente se dispôs a colaborar com o projeto de Deus. Certamente, apoiada por sua fé e tendo como base as tradições de seu povo, também ela esperava pela vinda do Messias. Maria aceitou o grande desafio de gerar Jesus. A fé na tradição e na história do povo possivelmente impulsionou Maria a arriscar-se, na certeza de que Deus é fiel. Ela não apenas escuta o anjo Gabriel, mas também sabe dialogar.

Olhando para Maria, aprendemos a descobrir, como em um espelho, o próprio Cristo. O serviço evangelizador e doméstico da Mãe de Jesus é modelo para nós. Ela se coloca em saída, a caminho para encontrar-se com Isabel. E desse encontro brota um diálogo profundo entre as duas futuras mães, que tanto cooperaram para a salvação da humanidade.

Deus, ao entrar na vida de Maria com um projeto inusitado, revira e reordena sua vida. Uma vida assim requer abertura, acolhida, doação, oblação, coragem e força para enfrentar as dores e os sacrifícios. Esse total abandono nas mãos do Pai só é possível com o auxílio da graça divina. Contemplamos na vida de Maria um duplo agir que combina o agir de Deus com a liberdade humana.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Ap 11,19a; 12,1.3-6a.10ab)

A primeira leitura nos fala do papel de Maria, como foi entendido por muitos. Provavelmente no nível mais literal de compreensão, a leitura não tem nada a ver com Maria, e sim com todo o povo de Deus e a Igreja primitiva. Nos primeiros comentários

bíblicos sobre o livro do Apocalipse, os Santos Padres simbolicamente aplicaram esse texto a Maria como Mãe da Igreja, Mãe de todo o povo de Deus.

As visões cosmológicas descritas pelo autor do Apocalipse fazem uso de uma linguagem simbólica, muito comum naquele tempo. Era nova forma de profetizar, de descrever o indescritível. Revelam que Deus se faz presente na vida de seu povo em todas as circunstâncias; ele arranca seu povo de todas as formas de escravidão. A visão da mulher que enfrenta o dragão foi muitas vezes, ao longo da história do cristianismo, aplicada a Maria, no sentido de que seu Filho foi perseguido pelo poder opressor das autoridades judaicas e romanas.

O Apocalipse de São João foi escrito em um contexto de muita hostilidade às comunidades cristãs da Ásia Menor. Os cristãos não eram acolhidos nem pelas sinagogas judaicas nem pelas autoridades romanas, e sentiam-se ameaçados, por serem uma minoria que professava a fé em Jesus Cristo. Eles caminhavam na contramão, pois o culto ao imperador romano era propagado em todo o império. Em tom profético, o autor evoca essa realidade desafiante para os cristãos, fazendo uso da linguagem própria dos grupos de resistência de seu tempo. A mulher pode representar a Igreja ou o novo Israel, simbolizado pelas 12 estrelas, que recordam as 12 tribos de Israel e os 12 apóstolos. O dragão simboliza todo poder opressor que persegue a Igreja. Aplicando o texto a Maria, reconhecemos que ela contribuiu para a nova humanidade inaugurada por seu Filho, Jesus Cristo, nosso Senhor.

2. II leitura (1Cor 15,20-27a)

A Igreja distingue o substantivo “ascensão” de “assunção”. Enquanto Jesus ressuscitado ascendeu ao céu, Maria foi assunta, isto é, experimentou uma forma privilegiada de ressurreição. A Ascensão do Senhor tem sua

origem na Páscoa de Jesus e manifesta sua obra redentora. Ele é as primícias, a cabeça da Igreja, o novo Adão. Essa passagem da primeira carta aos Coríntios apresenta longa reflexão teológica acerca da ressurreição. Proclamada nesta solenidade da Assunção, a leitura apresenta uma espécie de genealogia da ressurreição e uma ordem de participação nesse grande mistério.

Nossa ressurreição tem origem na ressurreição de Cristo. Ele é o primeiro, o princípio da nova humanidade. Por isso o apóstolo Paulo lhe atribui o título de novo Adão, distinto do primeiro Adão, que se deixou corromper pelo pecado e, como consequência, trouxe a morte à humanidade. O novo Adão veio para conduzir a todos os que o seguem à luz da vida eterna. Maria, como primeira discípula de seu Filho, recebeu, na tradição da Igreja, um lugar especial na celebração de sua ressurreição.

3. Evangelho (Lc 1-39-56)

A visita de Maria à sua prima Isabel nos é relatada como algo que ela fez apressadamente. A essa altura, Maria já sabe que Isabel está no sexto mês de gestação, porque o anjo Gabriel lhe disse. A saudação de Maria provoca uma agitação no seio de Isabel: é a prefiguração da chegada do Messias, que vem trazer alegria. A maternidade das duas mães é um sinal visível da ação de Deus. João Batista, desde o seio materno, reconhece os sinais da chegada do Messias. Por estar repleta do Espírito Santo, Isabel reconhece que Maria carrega o Senhor. É importante perceber que Isabel saúda Maria como Mãe do Senhor e por isso a chama de bem-aventurada, porque acreditou.

A saudação de Isabel a Maria recorda o cântico da profetisa Débora, que proclama um louvor a Jael, mulher que ajudou Israel a vencer a batalha contra o inimigo. Foi o Senhor Deus que lhe concedeu a vitória (Jz 5,24). Também a matriarca Judite foi

chamada de bem-aventurada quando intercedeu por seu povo (Jt 13,18). A proclamação de Isabel faz memória a outras mães que exerceram importantes papéis na história do povo de Deus como intercessoras.

Depois de ouvir o cântico de Isabel, Maria também proclama o seu, como reação à saudação que recebe. Ela proclama o Magnificat, que também se inspira em outra matriarca importante do Antigo Testamento: Ana, mãe de Samuel. Maria exalta a grandeza do Senhor, falando como autêntica depositária do favor de Deus, apesar de sua pequenez. As gerações futuras a chamarão de bem-aventurada porque o Senhor é grande em poder, santidade e misericórdia para com Israel. Na conclusão do Magnificat, Maria afirma que a salvação futura, prestes a se realizar, é o cumprimento da promessa feita aos seus antepassados. O nascimento e toda a atividade pública de Jesus são a manifestação visível de que o Senhor Deus é fiel à Aliança selada com Israel. Maria acredita que Deus cumpre tudo o que prometeu no passado, e ela foi agraciada com os sinais dessa realização na sua própria pessoa.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A devoção mariana é uma característica da fé católica. Em nossa Igreja, Maria é a grande intercessora. Rezar para ela é pedir-lhe que interceda por nós, como expressamos na oração da ave-maria: “Rogai por nós, pecadores, agora e na hora de nossa morte”. Seu sim a Deus mudou nossa história. Humana como nós, ela pôde ser tão fiel ao Senhor e pode chegar tão perto do divino. Sua intervenção maternal em Caná da Galileia resume muito bem sua intercessão por nós: “Fazei tudo o que ele vos disser”.

Rezar com Maria é confiar que ela está do nosso lado; ela nos ajuda a entrar em um clima de oração, de intimidade com o Senhor, assim como foi capaz de ser tão próxima a ele. Maria foi fiel ao seu compromisso

desde a anunciação até a cruz, quando recebeu seu Filho amado em seus braços. A ressurreição de Jesus passa pelo carinho do colo da mãe depois de sua morte. É o primeiro gesto de amor depois de sua entrega na cruz. Quando pedimos sua intercessão, unimo-nos a ela em oração, pois acreditamos que nos guia e nos acompanha em nossa caminhada junto de Deus.

22º DOMINGO DO TEMPO COMUM

28 de agosto



Quem se exalta será humilhado e quem se humilha será exaltado

I. INTRODUÇÃO GERAL

As leituras propostas para a liturgia deste domingo nos convidam a refletir sobre algumas virtudes importantes na vida cristã: a humildade, a gratuidade e a caridade.

A primeira leitura, retirada do livro do Eclesiástico, exorta a comunidade dos fiéis a trilhar o caminho da humildade. Essa virtude nos torna agradáveis a Deus e às pessoas, ajudando-nos a ter êxito no que realizamos e a conquistar a verdadeira felicidade. Segundo a instrução do autor, a humildade é expressão de sabedoria. Portanto, os sábios não se enchem de orgulho, pois partilham seus conhecimentos para o bem da humanidade.

A segunda leitura propõe aos cristãos deixar o comodismo, a zona de conforto, e retomar as exigências da fé cristã de forma mais radical. É um convite para refazer a experiência do encontro com o Senhor, que um dia os levou à comunhão, ao amor fraterno e à intimidade com ele; aquele encontro que deu sentido à vida cristã.

O Evangelho retrata a participação de Jesus em um banquete. Tomar parte nas ceias ou refeições é um dos temas recorrentes no Evangelho segundo Lucas. Elas representam ocasiões propícias para Jesus e seus discípulos interagirem com diversas categorias de pessoas. As refeições são o ambiente em que se expressam as diversas preocupações do evangelista. No exercício de seu ministério, Jesus participa de vários tipos de refeições com diversos grupos. Durante os banquetes, ele não apenas interage com fariseus, cobradores de impostos, discípulos, pecadores e outras categorias de pessoas, mas também ensina como aproveitar esses momentos para ensinar atitudes importantes na convivência social.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Eclo 3,19-21.30-31)

O texto proposto na primeira leitura define o orgulho como um dos piores vícios, por conta de sua tendência destrutiva. Não há remédio para a aflição do coração orgulhoso, porque a maldade lança suas raízes na arrogância. O autor do Eclesiástico conhecia muito bem a presunção da cultura helênica, que se apresentava como superior a todas as outras culturas. Esse livro foi provavelmente escrito por volta do século II a.C., quando muitos judeus estavam se deixando seduzir pela cultura grega. Diante dessa realidade, o autor sagrado, consciente de que a nova cultura lançava raízes no judaísmo, põe-se em defesa das tradições religiosas e culturais, convencendo seus compatriotas a buscar a sabedoria que vem das Escrituras. A Lei, que outrora foi entregue ao povo escolhido, é o princípio de todo saber. Por ser verdade revelada, não pode ser substituída pela sabedoria proposta pela filosofia helênica.

Segundo o livro do Eclesiástico, a humildade é uma das qualidades fundamentais que precisamos cultivar, pois nos torna

gentis e pacientes, virtudes que nos ajudam a combater a soberba. Ser humilde significa ocupar com simplicidade nosso lugar. Humildade não significa esconder nossos talentos, mas pô-los à disposição dos outros, sem humilhar ninguém ou sentir que somos superiores.

2. II leitura (Hb 12,18-19.22-24a)

Continuando a leitura da carta aos Hebreus, chegamos à última parte. O itinerário catequético proposto pelo autor passa pela exortação à perseverança e constância nas provações; a seguir, a comunidade dos fiéis é chamada a cultivar relações fraternas. A comunhão com Deus supõe a comunhão com os irmãos. Ao estabelecer a comparação da comunidade do Senhor Jesus com a comunidade dos israelitas no monte Sinai, o autor ressalta a graça de ter Cristo como mediador. Se a mediação de Moisés no deserto foi grande bênção para o povo escolhido, a mediação de Jesus nos conduz à plenitude da graça. Assim, estabelece profundo contraste entre a experiência de comunhão com Deus que Israel fez no Sinai e a experiência cristã.

A experiência do Sinai é descrita como vivência que gerou medo, que não foi capaz de quebrar o sentimento de distância entre Deus e as pessoas. O cenário da revelação do Sinai é descrito como assustador, mas Cristo rompeu as barreiras desse distanciamento. Pelo batismo, os cristãos aproximaram-se de Deus de tal forma, que não há espaço para o medo. A caminhada de fé na comunidade cristã é, portanto, experiência festiva, de verdadeira alegria. Por isso, os cristãos concebem Deus como o santo juiz do universo, mas cheio de bondade e misericórdia, e por Cristo se tornaram co-herdeiros da vida eterna.

3. Evangelho (Lc 14,1.7-14)

O contexto histórico-social retratado no texto de Lucas leva-nos a afirmar que a atitude de Jesus propõe nova estratificação

social: quebrar as barreiras sociais, os tabus e costumes acerca das refeições sociais e tentar abrir novas fronteiras, nas quais sentar-se à mesa juntos tem um papel importante na comunidade. Jesus procura criar ao redor de si um grupo com uma estratificação interna totalmente diferente do sistema social de seu tempo. Assim, ele proporciona um sentido totalmente novo à noção de convidados e onde estes devem sentar-se à mesa.

O convite para banquetes, no contexto greco-romano do mundo mediterrâneo do tempo de Jesus, era enviado com antecedência informalmente, de maneira oral, ou formalmente, por escrito. Era externado por mensageiros, normalmente servos, e lido diante das pessoas que estavam sendo convidadas, anunciando que o anfitrião estava preparando o banquete para seus amigos e associados. Assegurar o convite era o objetivo principal, sobretudo para aqueles que buscavam reconhecimento social. Os nobres costumavam convidar grande número de amigos, clientes e pessoas do mesmo nível social, que poderiam retribuir com outros convites semelhantes. A noção de convite para participar de um grande banquete social evidencia as conexões de amizade ou interesses socioeconômicos ou religiosos.

O evangelista Lucas é o único a mostrar a proximidade de Jesus com os fariseus, a ponto de frequentar suas casas e pôr-se à mesa com eles. Os fariseus eram o grupo mais numeroso nas sinagogas. Tinham grande reverência pela Torá, quer escrita, quer oral. Eram fiéis observantes da Lei, mas muito apegados à lei do puro e do impuro, distanciando-se do amor e da misericórdia.

Jesus ensina seus ouvintes a não buscar os primeiros lugares nos banquetes. A refeição da qual ele toma parte se torna ocasião propícia para falar da importância desse momento como preocupação para com os pobres, como chamado à solidariedade com aqueles que carecem de recursos materiais

para retribuir semelhantes convites. O clímax de seu ensinamento é que as refeições devem ser espaço de transformação das barreiras sociais. O banquete deve estar a serviço da convivência fraterna entre todas as pessoas, independentemente das classes sociais. Portanto, no banquete do Reino, a noção de aceitação e inclusão daqueles que normalmente não são aceitos pelas convenções sociais se torna um elemento central no discipulado instituído por Jesus.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

O abismo entre as diferentes classes sociais que compõem nossa sociedade impede a reunião, num mesmo banquete, de pessoas de diferentes níveis na escala social. O valor da pessoa se mede por aquilo que possui, pela capacidade de se impor, prosperar, ter êxito, possibilitar a inserção no mundo do poder ou exercer influência na sociedade. As pessoas têm valor pelos cargos que ocupam. Na comunidade cristã, a lógica deve ser outra, porque a lógica do Reino de Deus gera outro tipo de relação, na qual se cultiva a humildade, a simplicidade e o amor gratuito e desinteressado.

Muitas vezes, mesmo nós, cristãos, deixamos nos levar pelo espírito de competição, de quem é o melhor, o maior, buscando visibilidade, lugares de destaque na comunidade, mais do que o servir. Isso gera divisão na comunidade e pode fazer que membros mais simples não tenham coragem de assumir responsabilidades, porque se sentem inferiores ou talvez até experimentem humilhação.

Jesus deixa claro que, entre os discípulos, não deve haver distinção de pessoas. A comunidade cristã deve ser inclusiva, acolher a todos e viver o amor gratuito e desinteressado. Nossas relações não se baseiam em interesses comerciais ou que se fundamentem em honorárias, prosperidade e troca de favores. O Evangelho nos faz pensar sobre quem são os coxos, os cegos, os excluídos que temos de incluir, acolher e servir em nossas comunidades?

vp

Aprofunde-se nas obras de

Santo Agostinho!



Aponte a
câmera do
seu celular e
saiba mais.



Aponte a
câmera do
seu celular e
saiba mais.



O autor reflete sobre o livro *A vida feliz* (*De beata vita*), na qual estão presentes os conceitos de felicidade, alma, virtude e Trindade. Este estudo leva em consideração o viés filosófico e o ecletismo que permeiam os textos de Santo Agostinho.

A obra é um estudo dos principais elementos da eclesiologia de Santo Agostinho, especialmente da sua contribuição na reflexão sobre as propriedades essenciais da Igreja como una, santa, católica e apostólica.

LEIA AS OBRAS COMPLETAS!

paulus.com.br/loja
11 3789-4000 | 0800-0164011
vendas@paulus.com.br
f @editorapaulus

Comunicação
para um mundo melhor



Reinvente um modo mais justo de viver!



A reflexão sobre os Direitos Humanos configura-se como uma busca concreta de humanização, e a Doutrina Social da Igreja nos oferece pontos de referência para reinventarmos um modo mais justo de viver. As reflexões temáticas presentes nesta obra se articulam em torno do princípio fundamental da Doutrina Social da Igreja, que é a defesa e a promoção da dignidade humana.

Leia a obra completa!

paulus.com.br/loja
11 3789-4000 | 0800-0164011
vendas@paulus.com.br
f @editorapaulus



Aponte a
câmera do
seu celular e
saiba mais!

